



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB**

ILVANA SOUSA DO AMARAL

**ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO DOMÍNIO DO “CONTROLE
EXTERNO”**: diretrizes para a atividade de revisão e atualização do Tesauro de
Contas Nacional (TCN)

Rio de Janeiro, RJ
2025

ILVANA SOUSA DO AMARAL

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO DOMÍNIO DO “CONTROLE EXTERNO”: diretrizes para a atividade de revisão e atualização do Tesauro de Contas Nacional (TCN)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau em Mestre em Biblioteconomia.
Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Rio de Janeiro, RJ
2025

ILVANA SOUSA DO AMARAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau em Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em: 28 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Brisa Pozzi de Sousa – Membro Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Brígida Maria Nogueira Cervantes – Membro Titular Externo
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Doutor Vinícius de Souza Tolentino – Membro Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Karen Estefan Dutra – Membro Suplente Externo
Escola de Contas e Gestão, ECG/TCE-RJ

A485 Amaral, Ilvana Sousa do.
 Organização do conhecimento aplicado no domínio de
 "Controle Externo": diretrizes para a atividade de re-
 visão e atualização do Tesauro de Contas Nacional (TCN)
 / Ilvana Sousa do Amaral. - Rio de Janeiro, 2025.
 xiv f., 62 f. : il. ; 29 cm.

 Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de
 Miranda

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
 Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
 Biblioteconomia, 2025.

 Bibliografia: f. 60-66

 1. Organização do Conhecimento. 2. Controle Exter-
 no. 3. Controle de Vocabulário. 4. Tesauro. 5. Dire-
 triz. I. Título. II. Miranda, Marcos Luiz Cavalcanti
 de. III. Universidade Federal do Estado do Rio de Ja-
 neiro.

CDD 025.49

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família, que é o meu esteio, minha referência!

Aos meus colegas da Biblioteca Sergio Cavaliere Filho, da Escola de Contas e Gestão, do TCE-RJ, que durante a construção desse trabalho, acompanharam a trajetória e percalços com paciência, dando-me força necessária quando mais precisei.

Aos meus colegas bibliotecários e arquivistas, excelentes profissionais da informação, que se dedicam de forma árdua e incansável nos Tribunais de Contas no Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente! Gratidão por tudo que tens me proporcionado, pois sem a fé que me rege, hoje, não estaria aqui. “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu” (Eclesiastes 3:1).

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador e professor de longos anos, Professor Doutor Marcos Miranda por toda a paciência, empenho e por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa. Eterno agradecimento pelas valiosas orientações, condução e correções, quando necessário, motivando-me a persistir na pesquisa.

A todos os meus professores do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UNIRIO pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Agradecimento especial a Prof. Doutora Miriam Gontijo (*in memorian*), que honrosamente a conheci durante o evento da ISKO Brasil 2023, em Londrina/PR, apresentando seu trabalho primoroso “Glossário Deocolonial de Macunaíma” e vencedora de prêmio na ocasião. Carinhosamente, aceitou o convite em participar da minha banca na qualificação e, durante a minha defesa, explanou valiosas e preciosas contribuições que enriqueceu meu trabalho. Precocemente nos deixou, mas certamente, o céu ganhou uma luz brilhante!

Desejo igualmente agradecer aos meus novos amigos que o Mestrado me apresentou, cujo apoio e amizade estiveram presentes em vários momentos.

À direção da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) pela compreensão e apoio à participação em eventos que foram fundamentais para a construção do meu aprendizado.

À Karen Estefan Dutra, pela força e incentivo moral quando pensei em desistir em ingressar no mestrado. Ao colega e amigo, bibliotecário Dempsey de Lima Bragante, pelo incentivo no início de estudo do mestrado e pela revisão do texto.

Agradecer à toda minha família: minha mãe Sr^a Natalina e ao meu pai José mais conhecido como “Seu Amaral” (*in memorian*): “Pai! os anos passam, mas as saudades são eternas”. As minhas irmãs de sangue Elione e Ione, sem deixar de mencionar Viviane Reis, minha irmã de coração que a vida me presenteou, pelo amor e atenção incondicional durante essa minha trajetória, dando-me bons conselhos e ombro, sempre que necessário.

*“A busca pelo conhecimento nunca deve
cessar, pois é uma jornada sem fim.”
Leonardo da Vinci*

RESUMO

Esta dissertação propõe diretrizes para a revisão e atualização do Tesauro de Contas Nacional (TCN), visando a sua aplicação eficiente pelos 33 Tribunais de Contas do Brasil e instituições correlatas. O estudo tem como foco central a estruturação conceitual do Controle Externo, identificando áreas correlatas que influenciam a terminologia do TCN. O objetivo principal é aprimorar a indexação documental, melhorando a recuperação da informação e garantindo maior precisão nos resultados das buscas. A fundamentação teórica é pautada na Teoria da Classificação Facetada, na Teoria do Conceito e na Teoria Geral da Terminologia (TGT). A Teoria da Classificação Facetada, de Ranganathan, contribui para a organização sistemática do conhecimento, proporcionando flexibilidade na estruturação dos termos. A Teoria do Conceito, baseada nos estudos de Ingetraut Dahlberg, é aplicada para a definição e relacionamento dos conceitos dentro do tesauro. Já a Teoria Geral da Terminologia, desenvolvida por Eugen Wüster, é utilizada para padronização e controle terminológico, minimizando ambiguidades e inconsistências. O estudo adota uma abordagem metodológica que inclui revisão bibliográfica e análise de domínio, identificando os desafios da atualização terminológica no campo do Controle Externo. As diretrizes propostas baseiam-se nos princípios de garantia literária, de uso, cultural e estrutural, assegurando que o TCN seja preciso, adaptável e acessível para os profissionais da informação e demais usuários. Os resultados apontam que a integração das três teorias contribui significativamente para a qualificação do TCN, promovendo a padronização dos termos utilizados nos Tribunais de Contas e garantindo maior coerência na representação e recuperação da informação. A pesquisa conclui que a aplicação contínua dessas diretrizes permitirá uma evolução constante do tesauro, tornando-o um instrumento essencial para a gestão eficiente do conhecimento no âmbito do Controle Externo.

Palavras-chave: Tesauro de Contas Nacional; controle de vocabulário; análise de domínio; controle externo; diretrizes.

ABSTRACT

This dissertation proposes guidelines for the revision and updating of the National Accounts Thesaurus (TCN) to enhance its application by the 33 Audit Courts of Brazil and related institutions. The central focus of the study is the conceptual structuring of External Control, identifying related areas that influence the terminology of the TCN. The main objective is to improve document indexing, optimize information retrieval, and ensure greater precision in search results. The theoretical foundation is based on the Theory of Faceted Classification, the Theory of Concept, and the General Theory of Terminology (GTT). The Theory of Faceted Classification, developed by Ranganathan, contributes to the systematic organization of knowledge, providing flexibility in structuring terms. The Theory of Concept, based on the studies of Ingetraut Dahlberg, is applied to define and establish relationships between concepts within the thesaurus. The General Theory of Terminology, formulated by Eugen Wüster, ensures terminological standardization and control, minimizing ambiguities and inconsistencies. The study employs a methodological approach that includes literature review and domain analysis, identifying challenges in terminological updates within the field of External Control. The proposed guidelines are based on the principles of literary warrant, user warrant, cultural warrant, and structural warrant, ensuring that the TCN remains precise, adaptable, and accessible for information professionals and other users. The findings indicate that integrating these three theories significantly enhances the quality of the TCN, promoting the standardization of terms used by the Audit Courts and ensuring greater coherence in knowledge representation and information retrieval. The research concludes that the continuous application of these guidelines will enable the ongoing evolution of the thesaurus, making it an essential tool for efficient knowledge management in the domain of External Control.

Keywords: National Thesaurus of Accounts; vocabulary control; domain analysis; external control; guidelines.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Contribuição de Ranganathan para OC	28
Quadro 2 -	Teoria da Classificação Facetada x Teoria Geral da Terminologia	29
Quadro 3 -	Exemplo de Relação de Equivalência	36
Quadro 4 -	Termos hierárquicos no TCN	39
Quadro 5 -	Garantia Literária, cultural, de uso e estrutura dos termos	40
Quadro 6 -	Bases de Pesquisa	46
Quadro 7 -	Resultado do levantamento bibliográfico (2018-2025)	48
Quadro 8 -	Conceito e finalidade de Controle Externo	50
Quadro 9 -	Descritor 'Controle Externo' no TCN	50
Quadro 10 -	Questionário de Pesquisa	53
Quadro 11 -	Categorias no TCN	53
Quadro 12 -	Resultado da Pesquisa	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Árvore do Conhecimento	25
Figura 2 -	PMEST: categorias fundamentais de Ranganathan	26
Figura 3 -	Triângulo conceitual, a representação formal de uma unidade de conhecimento	32
Figura 4 -	Modelo para Construção de Conceito	32
Figura 5 -	Ciclo da Informação ou Modelo de Transferência de Informação	37
Figura 6 -	Garantia cultural como conceito guarda-chuva	42
Figura 7 -	Categorias do TCN	45
Figura 8 -	Mapeamento dos sistemas de tecnologia de informação voltados a área de jurisprudência	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANSI/NISO	<i>American National Standards Institute/National Information Standards Organization</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
Bibliocontas	Rede de Bibliotecários dos Tribunais de Contas
Brapci	Bases de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
C&T	Ciência e Tecnologia
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
IRB	Instituto Rui Barbosa
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
CPSJ	Comitê de Processualística, Súmula e Jurisprudência
CTGI	Comitê Técnico de Gestão da Informação e do Conhecimento
KO	<i>Knowledge Organization</i>
KOP	Processos de Organização de Conhecimento
KOS	<i>Knowledge Organization System</i>
LD	Linguagem Documentária
OC	Organização do Conhecimento
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
SRI	Sistemas de Recuperação da Informação
TCN	Tesouro de Contas Nacional
TC-DF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
TCF	Teoria da Classificação Facetada
TCU	Tribunal de Contas da União
TGT	Teoria Geral da Terminologia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema	16
1.2 Justificativa	17
1.2.1 Relevância Social	17
1.2.2 Relevância Econômica	18
1.2.3 Relevância Científica	18
1.2.4 Relevância Técnica	18
1.3 Objetivos	20
1.3.1 Objetivo Geral	20
1.3.2 Objetivos Específicos	20
1.4 Estrutura da Dissertação	20
2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	22
2.1 Organização do Conhecimento	22
2.2 Teoria da Classificação Facetada (TCF)	26
2.3 Teoria Geral da Terminologia (TGT)	30
2.4 Teoria do Conceito	31
3 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOC)	34
3.1 Tesauros	34
3.2 Tesouro de Contas Nacional (TCN)	38
3.2.1 Das garantias literária, de uso, cultural e estrutural	39
3.2.1.1 Garantia literária	40
3.2.1.2 Garantia de uso ou de usuário	41
3.2.1.3 Garantia cultural	42
3.2.1.4 Garantia estrutural	44
4 METODOLOGIA	46
4.1 Domínio do Controle Externo	50
5 ANÁLISE E RESULTADOS	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

APÊNDICE A – Principais Referências do <i>corpus</i> de pesquisa	67
APÊNDICE B – Proposta de diretrizes para revisão e atualização do Tesouro de Contas Nacional	69
ANEXO A – Formulário de Sugestão de Termo no TCN	73
ANEXO B – Formulário de Alteração de Termo no TCN	75

1 INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento é um processo que ocorre por diferentes meios, dentre eles, a interação entre os sujeitos e as informações, com acervos de documentos para acesso e compreensão dos conteúdos informacionais.

Na perspectiva da Organização do Conhecimento, Hjørland (2008, p. 86) indica a relação “[...] com atividades como: descrição de documentos, indexação e classificação em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de ‘memória institucional’”. Para o autor, a Organização do Conhecimento dialoga com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, pois dizem respeito à organização dos conceitos e a construção de sistemas de organização do conhecimento.

Segundo Fujita (2008, p. 6),

A compreensão do domínio da área de **Organização e Representação do Conhecimento** está sistematizada em seu próprio nome formado por dois conceitos fundamentais: a **Organização do Conhecimento** e a **Representação do Conhecimento**. Estes dois conceitos são resultados de uma combinação das categorias **Ação + Objeto**. Dessa forma, podemos entender que a área tem como objeto de pesquisa o Conhecimento e, suas atividades principais em torno desse objeto, são a Organização e a Representação. Dessas atividades em torno do Conhecimento resultam instrumentos, processos e produtos, como facetas que vão se interpondo, para que tenham uso por outras áreas de conhecimento em ambientes institucionais (2008, p. 6, grifo próprio).

Segundo Souza (2006, p. 29), “a área da Ciência da Informação possui uma vasta literatura sobre questões relacionadas à classificação e indexação da produção científica publicada em áreas de C&T”.

Para Medeiros e Campos (2011, p. 715),

a construção de modelos conceituais está diretamente ligada à **representação do conhecimento** e estes devem ser capazes de **representar um contexto**, sendo construídos a partir de processos que evitem qualquer tipo de ambiguidade, ressaltando objetos relevantes ao domínio, além de seus relacionamentos e atributos, e removendo da representação os objetos que não sejam importantes para sua consistência em relação à realidade. Portanto, a utilização de teorias e técnicas da área da Organização e Representação do Conhecimento objetiva auxiliar na modelagem de um domínio e sua representação, nesse sentido, trazem os propósitos e as características de acordo com o ponto de vista e necessidades de cada área (2011, p. 715, grifo nosso).

A utilização de teorias e técnicas da área da Organização do Conhecimento objetiva auxiliar na modelagem de um domínio e sua representação, nesse sentido,

traz propósitos e as características de acordo com o ponto de vista e necessidades de cada área, ou seja, no que concerne à área da Organização do Conhecimento, Maculan (2017, p. 308) “compreende entender o tratamento e a recuperação da informação, usando teorias para a construção, manutenção, uso e avaliação de instrumentos lógico-linguísticos (linguagens documentárias)”.

Ainda segundo Maculan (2017, p. 308) a “organização do conhecimento tem como finalidade permitir a recuperação da informação nos mais diversificados contextos de produção e uso, suscitando esquemas para a construção de linguagens documentárias que acolham os diferentes propósitos para contextos específicos”.

1.1. Problema

A temática deste estudo surge da dificuldade, no âmbito dos Tribunais de Contas no Brasil, em manter atualizado o Tesouro de Contas Nacional (TCN), no contexto da garantia literária, de uso, cultural e estrutural, de modo que os usuários sintam-se representados e identificados com o vocabulário, independentemente de sua cultura e localidade geográfica.

Os tesouros têm a função de auxiliar na tradução da linguagem natural, utilizada pelo autor do documento e pelo usuário final, convertendo-a em uma linguagem controlada, possibilitando a descrição padronizada dos assuntos abordados em documentos nos Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) (adaptação de Café; Brascher; Sujii, 1990).

Cintra *et al.* (2002) afirmam que a informação está diretamente ligada ao conhecimento e ao desenvolvimento de cada uma das áreas do saber, e dentro desse contexto, ainda complementam (2002, p. 21) que os profissionais da informação exercem um papel fundamental sendo “responsável pela triagem, organização e conservação da informação, bem como pela viabilização de seu acesso” (Cintra *et al.*, 2002, p. 21).

Corroborando com Cintra *et al.* (2010), Vargas e Van der Laan (2011, p. 22) afirmam que,

A seleção de uma linguagem documentária (LD), especificamente a alfabética, deveria ter como critério principal o fato de esta representar a linguagem dos usuários, ou, dito de outra forma, os termos do acervo linguístico do usuário. Isso significa que a LD, seja um tesouro ou uma listagem de cabeçalhos de assunto, deveria ser elaborada em interface com a terminologia. Salienta-se ainda que, nesse processo, interfere também o **domínio que o bibliotecário**

indexador tem da área de especialidade, sua experiência profissional e sua subjetividade (2011, p. 22, grifo nosso).

À luz dessa problemática, convém destacar Cintra *et al.* (2002, p. 36) ao dizer que o vocabulário:

(...) deve ser entendido como o conjunto de ocorrências provenientes de várias áreas, da terminologia (linguagens de especialidades) e das palavras utilizadas pelos usuários (linguagem natural). Pelo fato de serem linguagens construídas, o vocabulário utilizado para a sua concepção é originário de discursos diferentes, representado por palavras preferenciais, numa relação combinatória de significados e significantes.

Em face disso, o enfoque do presente trabalho, inserido na linha de pesquisa Organização e Representação do Conhecimento, surgiu pela necessidade em revisar e atualizar o **Tesouro de Contas Nacional (TCN)** que é um vocabulário na temática de “Controle Externo” idealizado para ser utilizado como instrumento referência pelos bibliotecários-indexadores nos Tribunais de Contas no país e instituições congêneres.

1.2. Justificativa

A presente pesquisa intitulada **"Organização do Conhecimento no Domínio do Controle Externo: diretrizes para a atividade de revisão e atualização do Tesouro de Contas Nacional (TCN)"** possui relevâncias em diversas dimensões, que justificam sua realização e destacam sua importância para a Biblioteconomia e para o Controle Externo no Brasil. As principais relevâncias são:

1.2.1 Relevância Social

- **Acesso à Informação de Qualidade:** A atualização e revisão do Tesouro de Contas Nacional (TCN) contribuem para uma melhor organização e recuperação da informação, garantindo que cidadãos, órgãos de controle e pesquisadores tenham acesso mais eficiente e confiável às informações relacionadas à fiscalização dos recursos públicos.
- **Transparência e Controle Social:** Um sistema de organização do conhecimento eficaz facilita a compreensão dos dados governamentais, promovendo maior transparência nas ações dos Tribunais de Contas no Brasil e permitindo um controle social mais eficiente e participativo.
- **Fortalecimento da Democracia:** A acessibilidade e clareza da informação proporcionadas por uma terminologia bem estruturada ajudam a fortalecer

os mecanismos democráticos, permitindo que a sociedade compreenda melhor os processos de auditoria e fiscalização.

1.2.2 Relevância Econômica

- **Eficiência na Gestão de Recursos Públicos:** A atualização do TCN permite que os órgãos de controle operem com maior precisão, otimizando a gestão dos recursos públicos e reduzindo custos operacionais por meio de processos mais ágeis e assertivos.
- **Apoio à Tomada de Decisão:** Um vocabulário padronizado e atualizado melhora a precisão das análises financeiras e orçamentárias, contribuindo para decisões mais embasadas e sustentáveis na administração pública.
- **Mitigação de Erros e Desvios:** Com um sistema bem estruturado, há uma redução significativa em falhas de comunicação e interpretações equivocadas nos relatórios de auditoria e das informações jurisprudenciais, o que pode evitar desperdícios e irregularidades financeiras.

1.2.3 Relevância Científica

- **Fortalecimento da Organização do Conhecimento:** A pesquisa contribui para o avanço teórico e metodológico da Organização do Conhecimento (OC) aplicada ao domínio do Controle Externo, fortalecendo os estudos na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.
- **Desenvolvimento de Metodologias Inovadoras:** A proposta de diretrizes para atualização do TCN pode servir como base para futuras pesquisas, incentivando a criação de modelos de organização do conhecimento aplicáveis a outros domínios governamentais.
- **Interdisciplinaridade:** A pesquisa promove o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, como Biblioteconomia, Administração Pública, Contabilidade e Direito, enriquecendo o escopo acadêmico e proporcionando novas perspectivas de análise.

1.2.4 Relevância Técnica

- **Padronização Terminológica:** A definição de diretrizes de revisão garante uma linguagem padronizada e alinhada às melhores práticas nacionais e internacionais em vocabulários controlados, permitindo uma maior interoperabilidade entre sistemas de informação.

- **Aprimoramento dos Sistemas de Recuperação da Informação (SRI):** Com um TCN atualizado, os sistemas de indexação e busca de documentos tornam-se mais eficientes, promovendo uma recuperação mais precisa e relevante para os usuários.
- **Automatização e Inteligência Artificial:** Uma estrutura terminológica bem definida pode facilitar a implementação de ferramentas automatizadas, como sistemas de classificação automática e algoritmos de machine learning para análise de dados de auditoria.

Essas relevâncias demonstram como a pesquisa se insere em um contexto estratégico, contribuindo tanto para o desenvolvimento acadêmico quanto para a melhoria dos processos de fiscalização e gestão pública no Brasil.

Desse modo, organizar e representar o conhecimento requer conhecimento técnico e teórico-metodológico por parte dos bibliotecários-indexadores, na temática de “Controle Externo”. Trata-se de uma atividade complexa em virtude da existência de terminologias regionais entre os Tribunais de Contas no país.

Segundo Cintra *et al.* (2002, p. 38), “terminologia refere-se ao conjunto de termos de uma área, termos relacionados e definidos rigorosamente para designar as noções que são úteis”. As autoras ainda complementam dizendo que “trata-se de um sistema de termos organizados a partir de noções particulares”.

Para uma melhor compreensão, a terminologia, como área interdisciplinar, serve de apoio às atividades de indexação e recuperação e à construção de linguagens controladas.

No contexto dos Tribunais de Contas no país, as terminologias regionais são fatores que envolve o processo de organização de informações jurisprudenciais, e o aprimoramento do sistema padrão permite minimizar a subjetividade.

Desse modo, o presente estudo vislumbra convergir, ou ao menos minimizar, o distanciamento das terminologias utilizadas pelos Tribunais de Contas no país, no que tange ao tratamento e indexação dos documentos nas categorias estabelecidas no Tesouro de Contas Nacional.

Propõe-se também neste estudo diretrizes aos bibliotecários-indexadores, de modo que a atividade de revisão e atualização do Tesouro de Contas Nacional (TCN) seja permanente e contínua. Como resultado, espera-se que o uso do tesauro eleve a qualidade da indexação e a precisão dos resultados obtidos na busca da informação,

e, conseqüentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos pelos usuários.

1.3. Objetivos

Nesta subseção apresentamos o objetivo geral e os objetivos específicos, que norteiam a elaboração deste trabalho.

1.3.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como **objetivo geral** propor diretrizes para atualização do Tesauro de Contas Nacional (TCN) com descrição dos procedimentos para o desenvolvimento das atividades dos bibliotecários-indexadores, visando aumentar sua consistência semântica na representação das informações no domínio do Controle Externo.

1.3.2 Objetivos Específicos

O presente trabalho tem como objetivos específicos:

- (i) investigar os aspectos epistemológicos no domínio do “Controle Externo”, com vistas a identificação dos conceitos e suas relações;
- (ii) mapear os processos para atualização terminológica do Tesauro de Contas Nacional (TCN);
- (iii) identificar as terminologias regionais dos Tribunais de Contas no país, para validação e atualização de termos no domínio do “Controle Externo”.

1.4. Estrutura da Dissertação

A Dissertação está estruturada conforme descrito nesta subseção. A seção 1 apresenta-se com a introdução, incluindo a contextualização do problema de pesquisa, a justificativa para a realização do estudo abordando as principais relevâncias (social, econômica científica, técnica) e os objetivos, geral e específicos.

A seção 2 destina-se a organização do conhecimento que está dividida em 4 subseções, sendo: a Organização do Conhecimento trazendo conceitos de Hjørland, Dahlberg, Peter Burke entre outros pesquisadores conceituados na área de Organização do Conhecimento; a Teoria da Classificação Facetada desenvolvido na década de 1930 pelo matemático e bibliotecário indicado Ranganathan (1892-1972); a Teoria Geral da Terminologia desenvolvido por E. Wüster (1899-1977); e, a Teoria do Conceito preconizado por Ingetrud Dahlberg (1927-2017).

A seção 3 destina-se aos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) trazendo sua finalidade em organizar, representar e recuperar informações de um determinado domínio do conhecimento. Esta seção está subdividida em 2 subseções que são: Tesouros e o Tesouro de Contas Nacional (TCN) que é objeto deste estudo, observado os princípios da garantia literária, de uso, cultural e estrutural.

Na seção 4 expõe-se a metodologia desenvolvida por Messa (2017), as quais foram adotadas os critérios de avaliação de linguagens documentárias, sendo **análise de domínio**, no que tange aos seus aspectos conceituais, como um dos critérios relevantes para a avaliação de tesouros. Nessa mesma seção destaco o domínio do Controle Externo, com explanação de sua natureza e competências, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

A seção 5 destacamos a análise e resultados trazendo a proposta de um conjunto de diretrizes visando a atualização contínua do Tesouro de Contas Nacional (TCN) pelos bibliotecários-indexadores das unidades informacionais dos Tribunais de Contas no país. Por fim, na seção 6 apresentamos as considerações finais.

Como Apêndice apresentamos a proposta de um conjunto de diretrizes e o formulários de sugestão ou alterações de termos, a ser disponibilizado no portal do Tesouro de Contas Nacional, hospedado no sítio do Instituto Rui Barbosa, que é a casa do conhecimento dos Tribunais de Contas no Brasil, uma associação civil criada pelos Tribunais de Contas do Brasil, com o objetivo de auxiliar os Tribunais no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Tribunais de Contas (Instituto Rui Barbosa, 2024).

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Visando contextualizar a área de estudo, denominada “**Organização do Conhecimento**”, foi realizada uma revisão nas literaturas de autores expoentes na área da organização do conhecimento.

2.1 Organização do Conhecimento

A Organização do Conhecimento (OC) é um domínio em contínua construção, interdisciplinar e preocupa-se com as questões de natureza teórico-metodológicas visando contribuir na sistematização, produção, organização, disseminação, representação e recuperação da informação nos diferentes contextos científicos.

Para discorrer sobre o assunto, Dahlberg (2006) e Bräsher e Café (2010) preceituam que a Organização do Conhecimento (OC) diz respeito à organização e à sistematização cognitiva do conhecimento, à organização dos conceitos, bem como à construção de sistemas de Organização do Conhecimento.

Barité (2001, p. 41) diz que:

O objeto de estudo da Organização do Conhecimento é - a nosso juízo - o conhecimento socializado, e como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científica, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outra parte, traz metodologias de uso e recuperação por linguagem natural. É esta visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas à organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação que abre maiores perspectivas para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e documentação. (Barité, 2001, p. 41)

No que tange às pesquisas de Campos e Gomes (2003, p. 151) “organização do conhecimento passa a incluir a possibilidade de utilização de mecanismos que manipulam textos integrais e multimídia, que são formas atuais de representação do conhecimento.”

Diante do exposto, convida-se para essa discussão a definição de Gomes (2009, p. 61), em que a autora diz que Organização do Conhecimento pode ser entendida como “representação ordenada do conhecimento para alcançar propósitos específicos”, sendo o propósito “o fator dominante para a escolha de um método de descrição, formalização e representação do conhecimento.”

Gomes (2009) também traz a reflexão de Dahlberg (2006, p. 12), em que

(...) traça uma analogia entre a estrutura da matéria e o grau de complexidade de representação do conhecimento, aí incluídos os elementos do conhecimento (características de conceitos), unidades de conhecimentos (os próprios conceitos), unidades mais amplas de conhecimento (combinação de conceitos) e sistemas de conhecimento (entidades compostas de unidades de conhecimento arranjadas numa estrutura coesiva, adequadamente planejada). Assim, a organização do conhecimento cobriria “estes quatro níveis em relação a seus referentes no mundo real ou abstrato, apreendendo estes referentes conceitualmente e organizando-os de acordo com um plano [...]”

Nessa mesma perspectiva, Café, Barros e Santos (2014, p. 204), arrolada nas considerações de Dahlberg (2006), aponta o conceito como unidade de conhecimento e, portanto, a organização do conhecimento (OC)

está pautada na análise de conceitos, seus significados, relações semânticas e delimitações terminológicas, representando, de forma mais próxima possível, um determinado domínio. Em Terminologia, os conceitos representam uma ideia e, como tal, se constituem em elementos da estrutura do conhecimento, ocupando um espaço essencial na Teoria da Cognição. Os termos representam os conceitos, compondo a estrutura léxica de um determinado domínio. Essas duas estruturas, do conhecimento e do léxico, formam o sistema referencial de um campo de estudo e, na medida do possível, devem estar bem delimitadas, a fim de evitar problemas na comunicação científica (Sager, 1990) (Café, Barros e Santos, 2014, p. 204).

Uma contribuição relevante para a Organização do Conhecimento é o trabalho de Hjørland (2003, p. 87) onde o autor destaca que na comunidade da Biblioteconomia e Ciência da Informação, o domínio da Organização do Conhecimento (OC) “significa especialmente a organização das informações em registros bibliográficos, incluindo índices de citação, texto completo, entre outros”.

Para a autora Milani (2022, p. xi), no que diz respeito aos domínios do conhecimento, o foco é avançar na representação sobretudo os que necessitam de pesquisas atualizadas, e de comunidades de usuários, em especial as que se encontram às margens dos sistemas de informação.

Como marco histórico importante destacar, que em 1973, Ingetrut Dahlberg fundou o periódico *International Classification* que, em 1989, foi incorporado à ISKO e, em 1993, teve seu nome alterado para *Knowledge Organization* (KO).

Para Dahlberg (2006), a Organização do Conhecimento (OC) estabelece a sistematização e estruturação dos conceitos, seguindo suas características. Por meio da OC foram geradas ferramentas que apresentam a estrutura e interpretação do objeto, chamadas de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

Desse modo, Dahlberg (2006, p. 12) define Organização do Conhecimento como a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos.

Aplicando o conhecimento sobre **categorização, construção e uso de conceitos**, bem como os **sistemas de classificação e tesauros**, faz com que a área de **Organização do Conhecimento** se desenvolvesse de uma arte intuitiva para uma nova disciplina (Dahlberg, 2006, p. 16, tradução própria).

Sobre “Organização do Conhecimento”, Hjørland (2008) define como a área que abrange as atividades de indexação, catalogação e classificação, e estabelecimentos de elos.

Segundo Hjørland (2008),

Organização do Conhecimento (OC) refere-se a atividades como descrição, indexação e classificação de documentos realizadas em bibliotecas, bancos de dados, arquivos etc. Essas atividades são realizadas por bibliotecários, arquivistas, especialistas no assunto, bem como por algoritmos de computador. OC como um campo de estudo está preocupado com a natureza e a qualidade de tais processos de organização de conhecimento (KOP), bem como os sistemas de organização de conhecimento (KOS) usados para organizar documentos, representações de documentos e conceitos (2008, p. 86, tradução própria)

Para Hjørland (2009, p.1519) “os sistemas de organização do conhecimento (por exemplo, esquemas de classificação, tesauros e ontologias) devem ser entendidos como sistemas de conceitos organizados a partir de suas relações semânticas”.

Em outro artigo, intitulado “*Theories of Knowledge Organization: theories of knowledge*”, Hjørland (2013, p. 169) menciona que Organização do Conhecimento é sobre conceitos e suas relações semânticas.

Peter Burke, em seu livro “Uma história social do conhecimento”, diz que “O conhecimento também se tornou uma questão política importante, centrada no caráter público ou privado da informação, e de sua natureza mercantil ou social”. (2003, p. 11).

Burke (2003, p. 79) analisa as classificações do conhecimento por meio de distinções, bastante comuns nos primórdios da Europa Moderna. Durante esse período o conhecimento era classificado por grupos diferentes através de diferentes maneiras.

Burke mostra, ainda em sua obra, algumas dessas classificações, tais como: conhecimento teórico e o prático; o conhecimento público e o privado, ou seja, aquele que poderia ser livremente compartilhado e aquele que era restrito a um determinado grupo; o conhecimento alto e o baixo, usado por alguns grupos para reforçar a hierarquização intelectual do conhecimento; o conhecimento liberal e o útil, relativo ao conhecimento das classes altas e baixas, respectivamente; o conhecimento dos livros e o das coisas; e o conhecimento geral e o especializado, que se referia aqueles que buscavam o ideal do “**homem universal**” em oposição aqueles que defendiam a fragmentação do saber.

O ideal do “**homem universal**” consistia na busca por “**saber tudo**”, ou alguma coisa de tudo, na tentativa de dominar os vários “Campos” do conhecimento. A organização do conhecimento idealizada até então era comparada a estrutura de uma árvore, denominado a “**árvore do conhecimento**”.

Figura 1 - Árvore do Conhecimento



Fonte: Burke, 2003, p. 83

Continuando, essa crescente fragmentação desse conhecimento foi ganhando espaço ao longo dos séculos, o qual o “**homem especializado**” substituiu o “**homem universal**”, e a “**árvore do conhecimento**” deu lugar a novo termo, o **sistema** (Burke, 2003, p. 83).

Burke, então, analisa a classificação do conhecimento, mais precisamente do conhecimento acadêmico a partir da organização e da estrutura de três subsistemas: os currículos das universidades, as bibliotecas e as enciclopédias.

As obras de referência, por exemplo, estimulavam essa leitura extensiva. O autor nos mostra o surgimento de novos recursos disponíveis para a busca do conhecimento específico.

Na contemporaneidade, no que tange a relevância técnica, é importante registrar que já existem produções e investigações sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na Organização do Conhecimento. Entretanto, tais pesquisas não foram abordadas neste trabalho, a fim de preservar o foco nos principais objetivos e discussões desta pesquisa.

2.2 Teoria da Classificação Facetada (TCF)

A Teoria da Classificação Facetada, desenvolvida por S. R. Ranganathan na década de 1930, introduziu uma abordagem inovadora para a organização do conhecimento, permitindo a análise e a síntese de assuntos por meio de **facetras** ou categorias fundamentais, que representam diferentes dimensões de um conceito. Essas facetras são derivadas da análise do conhecimento e permitem a criação de esquemas classificatórios flexíveis e adaptáveis.

Ranganathan (1967) *apud* Campos (2001, p. 54) conceitua o conhecimento como “a totalidade das ideias conservadas pelo ser humano” por meio da observação das coisas, fatos e processos do mundo que o cerca.

Na obra “*Prolegomena to Library Classification*”, Ranganathan (1967) postula 05 (cinco) categorias fundamentais, chamadas facetras, para estruturar o universo do conhecimento, conhecidas como **PMEST**:

Figura 2 - PMEST: 5 categorias fundamentais de Ranganathan



Fonte: Ranganathan (1967), adaptado pela autora

A estruturação dessas facetras permite que os conceitos sejam representados de maneira lógica e combinável, facilitando sua recuperação e adaptação a novos

conhecimentos. O modelo facetado adota dois processos essenciais para a organização do conhecimento:

- **Análise:** Fragmentação do assunto em suas facetas constituintes.
- **Síntese:** Reunião das facetas para formar uma estrutura hierárquica organizada.

Essa abordagem evita os problemas de rigidez das classificações enumerativas, permitindo que novos termos e relações sejam facilmente incorporados ao sistema.

Para os autores Tristão, Fachin e Alarcon (2004, p. 165) a Teoria da Classificação Facetada “tem sido largamente discutida na academia como uma solução para a organização do conhecimento, em decorrência de suas potencialidades de acompanhar as mudanças e a evolução do conhecimento”.

A Teoria da Classificação Facetada é um marco na Organização do Conhecimento, possibilitando a construção de sistemas classificatórios flexíveis e adaptáveis às necessidades contemporâneas. Sua aplicação é vasta, desde bibliotecas até ambientes digitais, demonstrando sua relevância na recuperação e gerenciamento da informação.

A **Teoria da Classificação** também está apresentada na obra de Ranganathan (2009) intitulada “As cinco leis de biblioteconomia”, onde aborda sobre “**análise de assuntos**”, onde diz que

A Segunda Lei lança sobre os ombros do pessoal da biblioteca o ônus de ajudar rapidamente o leitor a encontrar seus materiais em todos os livros possíveis existentes na biblioteca. Este compromisso somente poderá ser cumprido se o catálogo for totalmente analítico, oferecendo ainda inúmeras remissivas de assuntos, que são também conhecidas como ‘analíticas de assuntos’. Seria impossível para qualquer um de nós, por mais talentoso que seja, guardar todas essas informações na cabeça. Se a catalogação analítica não for suficientemente completa, a biblioteca talvez tenha que deixar muitos leitores sem atendimento, apesar de os materiais que eles procuram estarem esperando silenciosamente nas estantes. (2009, p. 184)

Para Naves (2006, p.41), a contribuição de Ranganathan, como matemático e bibliotecário, para a organização do conhecimento faz referência a ‘classificação do conhecimento’ o qual

(...) viu-se imerso na classificação de todo o conhecimento, e levantou pela primeira vez a seguinte questão: como os assuntos são formados? A resposta que obteve foi que a formação dos assuntos se dá por meio de cinco caminhos: dissecação, laminação,

desnudação, reunião/agregação e superposição (Naves, 2006, p. 41).

Para as autoras Naves (2006) e Campos (2001) a contribuição de Ranganathan para a Organização do Conhecimento, é definido resumidamente no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Contribuição de Ranganathan para OC

a estrutura rígida dos sistemas hierárquicos para a classificação do conhecimento chamou sua atenção, e a partir daí, pensou em criar um sistema mais flexível. Sua proposta de uma estrutura facetada com síntese notacional representou uma completa inovação na área da teoria da classificação (Naves, 2006, p. 42)	o método de facetas mostrou-se apropriado para várias aplicações na organização, sistematização e recuperação da informação, em ambiente automatizado ou não, porque, de fato, ele criou um método para pensar a organização do conhecimento com finalidades concretas (Campos, 2001, p. 13)
---	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2025

Ainda, segundo Campos (2001, p. 60) “a importância da produção do conhecimento e a influência que essa exerce sobre o planejamento de esquema de Classificação Bibliográfica é um tema relevante nos trabalhos de Ranganathan.”

Quanto ao esquema de classificação, pode-se destacar a produção literária na Inglaterra, entre as décadas de 1950 a 1970, com destaque especial para a obra de Douglas J. Foskett “**Classification and indexing in the social sciences**” (1963 e 1974, 1ª e 2ª ed., respectivamente), sobre classificação e indexação, dentro da área do conhecimento em Ciências Sociais, relacionando-se com o presente estudo, a estrutura de esquema de classificação de documentos (Foskett, 1974, cap. 7 e 8).

Fundamentando este estudo, quanto à organização do conhecimento em biblioteca temática especializada, foi recuperado a dissertação de Assunção (1972), orientada por Foskett, que desenvolveu uma estrutura básica para o desenvolvimento de um sistema de classificação bibliográfica da biblioteca do Instituto de Ciências Biológicas/UFMG, incluindo todos os assuntos abrangidos pelos Departamentos de Pesquisa, visando atender aos problemas de indexação de documentos especializados, em quaisquer suportes.

Assunção (1972), em sua pesquisa, ainda argumentou que não pretendia fazer um levantamento exaustivo de toda terminologia especializada e, tão pouco, considerou estar com o sistema completo para a classificação de publicações em ciências biológicas, mas apresentar uma estrutura e o método ideal para o sistema de classificação. Complementa, dizendo que, os termos em cada classe demonstram como eles devem ser enumerados e desenvolvidos, segundo os princípios dos

sistemas analítico-sintéticos ou facetados. Finalizando, a autora desenvolveu um vocabulário, visando completar a sistemática animal e vegetal, eliminando detalhes desnecessários, e preparação de índice alfabético em forma de tesouro, tornando o sistema um instrumento completo de indexação e recuperação da informação na área de Biologia.

Como já mencionado, a Organização do Conhecimento é um dos conceitos discutidos dentro da Ciência da Informação. Nesse contexto, as formas de representação e organização dos diferentes domínios de conhecimentos, implica os processos de transferência da informação, que atualmente estão diretamente ligados a recuperação em meios eletrônicos.

Campos (2001, p. 38) diz que a teoria revolucionou a classificação bibliográfica ao introduzir princípios que permitem a organização dinâmica e flexível dos conhecimentos registrados nos documentos.

Ainda, segundo Campos (2001), diz que a Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan e a Teoria Geral da Terminologia de Eugen Wüster relacionam-se de várias maneiras, especialmente na organização e estruturação de conceitos. Ambas as teorias compartilham princípios que permitem a criação de sistemas de conceitos mais bem estruturados e facilitam a comunicação precisa entre especialistas.

Desse modo, resumidamente, o quadro 2 apresenta alguns pontos de interseção entre a Teoria da Classificação Facetada e Teoria Geral da Terminologia:

Quadro 2 - Teoria da Classificação Facetada x Teoria Geral da Terminologia

Conceito e Termos	
Teoria da Classificação Facetada: Ranganathan define conceitos como unidades de pensamento que precisam ser organizadas em uma estrutura classificatória. Ele utiliza categorias fundamentais (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo) para organizar esses conceitos.	Teoria Geral da Terminologia: Wüster também vê os conceitos como unidades de pensamento, mas enfatiza a necessidade de uma correspondência exata entre conceitos e termos. Ele propõe que os conceitos sejam definidos e organizados em sistemas de conceitos, onde cada termo representa um conceito específico.
Relações entre Conceitos	
Teoria da Classificação Facetada: Ranganathan utiliza relações hierárquicas (renques e cadeias) para organizar os conceitos em uma estrutura sistemática. Ele estabelece princípios normativos para a formação dessas relações.	Teoria Geral da Terminologia: Wüster classifica as relações entre conceitos em lógicas (genérico-específicas) e ontológicas (parte-todo, causalidade). Ele enfatiza que os conceitos se definem uns em relação aos outros, formando um sistema de conceitos.
Sistema de Conceitos	
Teoria da Classificação Facetada: Ranganathan organiza os conceitos em facetas e categorias, formando um sistema de conceitos	Teoria Geral da Terminologia: Wüster propõe que os conceitos sejam organizados em sistemas hierárquicos e poliierárquicos, utilizando diagramas em árvore,

que permite a inclusão de novos assuntos e a adaptação às mudanças no conhecimento.

cadeia e campo circular para representar as relações entre os conceitos.

Fonte: Campos (2001), adaptado pela autora

2.3 Teoria Geral da Terminologia (TGT)

A terminologia é entendida como uma disciplina científica que estuda os princípios teóricos básicos para o trabalho terminológico, diferenciando-se da lexicologia e da nomenclatura técnica.

A Teoria Geral da Terminologia (TGT) é uma teoria sistemática e coerente que visa organizar o conhecimento técnico-científico por meio de termos unívocos e padrões. A TGT surge com o trabalho de E. Wüster (1899-1977), em 1931, e é considerada um campo interdisciplinar que envolve a linguística, a lógica, a ontologia e a ciência da informação.

Segundo Campos (2001, p. 60), com a publicação de sua tese intitulada *Internationale Sprachnormung in der Technik (Normalização Internacional da Língua no Campo da Técnica)*, em 1931, pela Universidade de Stuttgart, e com a disseminação de suas ideias sobre a Teoria Geral da Terminologia, várias linhas de pesquisa se apresentam refletidas em três escolas clássicas:

- **Escola de Viena:** Fundada por Wüster, enfatiza a normalização internacional da terminologia técnica.
- **Escola Soviética:** Focada na regulamentação e estabelecimento de sistemas de termos em russo, com destaque para a precisão e não-ambiguidade.
- **Escola de Praga:** Influenciada pela linguística funcional, considera a terminologia como uma sublíngua especializada.

Ainda segundo Campos (2001, p. 66) o grande avanço da Teoria Geral da Terminologia (TGT) foi “sistematizar princípios terminológicos que deram a esta atividade um caráter científico próprio, diferenciando-a da atividade lexicográfica.”

Para a Teoria Geral da Terminologia (TGT),

o trabalho terminológico inicia com o conceito que possui uma unidade de denominação que o termo. Um termo designa um conceito. Desta forma; é necessário garantir a unificação de conceitos e termos, o que caracteriza a Terminologia como sendo de natureza prescritiva. Porém, a esfera do termo é diferente daquela do conceito. O conceito é o significado do termo. (Campos, p. 66, 2001).

Outro princípio geral da Teoria Geral da Terminologia (TGT), segundo Rondeau (1981, p. 164 *apud* Campos, 2001, p. 68) é da monorreferencialidade que se relaciona

ao fato de que "um significante terminológico, mesmo complexo, representa no espírito de um especialista da área um conjunto conceitual único".

A prática da Terminologia propõe que cada conceito deve ser expresso por um único termo, e que o registro dos termos deve ser baseado no uso aceito pela comunidade científica.

Desse modo, a TGT é importante para a Organização do Conhecimento (OC) pois permite que os conceitos sejam compreendidos como unidades de comunicação e conhecimento. A terminologia é a representação do conhecimento especializado por meio de termos e conceitos, e a sua posse é fundamental para a compreensão de uma área.

Nessa mesma direção, Gomes (2021) diz que,

a Teoria Geral da Terminologia de Wüster, a Teoria de Classificação analítico-sintética de Ranganathan e a Teoria do Conceito de Dahlberg têm em comum o conceito e suas relações que produzem a estrutura sistemática de um domínio, áreas em que predomina a abordagem onomasiológica. As teorias servem para a elaboração de bancos de termos inteligentes e sua aplicação em tesouros, ontologias e terminologias (Gomes, 2021, p. 184)

Por fim, a Teoria Geral da Terminologia destaca-se pela sua importância para a comunicação precisa na ciência e tecnologia, e apresenta as contribuições das principais escolas de terminologia, além de exemplos práticos de aplicação dos princípios teóricos.

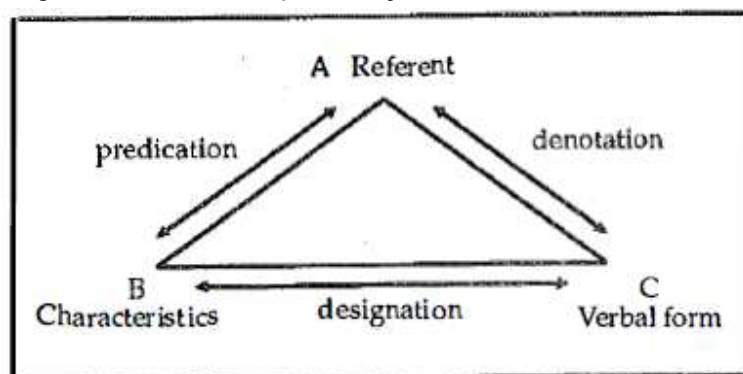
2.4 Teoria do Conceito

As operações sobre os conceitos são subsidiadas com as práticas na Organização do Conhecimento, à medida em que sintetizam o conhecimento por meio de definições e relacionamentos com outros conceitos.

A Teoria do Conceito, preconizado por Ingetraut Dahlberg, define o conceito como uma unidade de conhecimento, composta por afirmações verdadeiras sobre um item de referência. A autora propôs uma ruptura com a Teoria Geral da Terminologia (TGT), que considerava o conceito como uma unidade do pensamento.

Dahlberg (1992, p. 66) diz que a Organização do Conhecimento tem embasamento na teoria do conceito, que consiste em "compreender um conceito como portador de elementos/características adquiridos a partir de predicções sobre o referente".

Figura 3 – Triângulo Conceitual, a representação formal de uma unidade de conhecimento

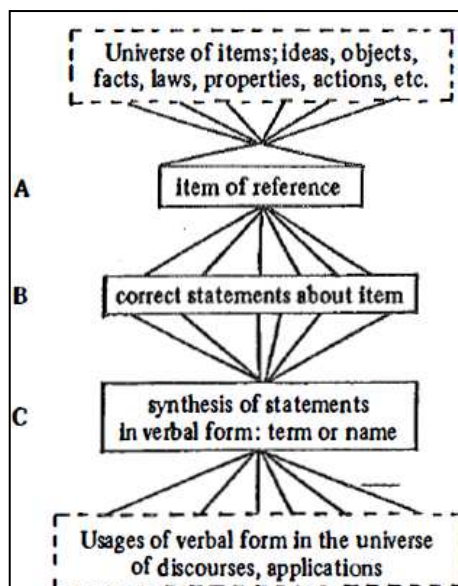


Fonte: Dahlberg, 1992, p. 64

Dahlberg (1978, p. 102), em seu artigo sobre Teoria do Conceito, diz que “a formação dos conceitos é a síntese dos predicados necessários verdadeiros a respeito de determinado objeto. Pode-se então dizer que os elementos do conceito são obtidos pelo método analítico-sintético.”

Nesse sentido, Dahlberg (1992) argumenta que a intensão de um conceito é a soma total de características e a extensão do conceito é a soma total de conceitos mais específicos. A categorização formal dos conceitos (objetos, fenômenos, processos, propriedades, relações) tem importância na formação de sistemas e na combinação deles.

Figura 4 – Modelo para Construção de Conceito



Fonte: Dahlberg, 1992, p. 64

Dahlberg (1978) afirma que as categorias são fundamentais na organização dos conceitos, pois participam da organização de sua estrutura.

Para Campos e Gomes (2006, p. 349) “a teoria do conceito, voltada para o referente, e a teoria da classificação facetada contribuem para a elaboração de tesauros conceituais porque estabelecem bases para identificação dos conceitos, dos termos e das relações entre eles, e, ainda, para sua ordenação sistemática.”

A Teoria do Conceito de Dahlberg é uma base teórica importante para o tratamento da informação. Pode ser aplicada em diversos campos, como na Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Organização do Conhecimento.

3 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOC)

Os sistemas de organização do conhecimento são os instrumentos que viabilizam a comunicação, via linguagem, entre os usuários e os sistemas e, nesta obra, são pensados a partir da lógica usada para sua construção e, em uma perspectiva mais aplicada, é analisado o uso de softwares para criação de tesouros para arquivos.

Com vistas a analisar os usuários, suas necessidades, comportamentos e práticas informacionais é fundamental para a Organização do Conhecimento e essa premissa fica evidente no estudo sobre acesso e recuperação da informação em arquivos e bibliotecas.

O termo Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) é a tradução para o português do original inglês “*Knowledge Organization System*” (KOS), que foi adotada na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, proposto pelo *Networked Knowledge Organization Systems Working Group*, durante a 1ª Conferência da ACM Digital Libraries em 1998, Pittsburgh, Pennsylvania.

Para Hjørland (2008, *online*) os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) devem ser entendidos como sistemas que organizam basicamente conceitos e suas relações semânticas, sendo intimamente relacionados à Teoria do Conceito.

Carlan e Medeiros (2011, p. 54) dizem que,

a representação do conhecimento por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), os quais abrangem todos os tipos de esquemas que organizam e representam o conhecimento, por exemplo, as classificações, taxonomias, tesouros e ontologias. SOC são sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários.

Outro elemento a destacar é o seu carácter mediador, que se expressa e intercede entre as colecções documentais e os utilizadores, mas também entre o conhecimento científico e a documentação, e entre classificadores e indexadores que procuram aplicar critérios consistentes.

3.1 Tesouros

A palavra *thesaurus*, etimologicamente, tem origem no grego e no latim e significa tesouro, tendo sido durante muito tempo usada para designar léxico, ou tesouro de palavras (Campos; Gomes, 2006, p. 350).

A palavra tesouro tem sido utilizada em sua acepção de conjunto de vocábulos inter-relacionados, construído em função da semântica/significado dos termos, para um dado contexto de uso e aplicação. O tesouro é, desse modo, constituído por uma lista de termos padronizados e inter-relacionados semanticamente com o objetivo de uniformização terminológica.

Barité (2011, p. 130) define tesouro como:

sistemas totalmente estruturados, integrados com termos que possuem relações semânticas e funcionais entre si, que visam fornecer um instrumento ideal para armazenamento e recuperação de informações em áreas especializadas. Dois elementos essenciais dos tesouros são constituídos pela padronização dos termos de indexação que inclui (chamados descritores e não descritores dependendo de estarem ou não autorizados a representar o conteúdo dos documentos) e o controle de vocabulário que se estabelece entre esses termos (CURRÁS, 1995, GIL URDICIÁIN, 1996; GIL LEIVA, 1999; NAUMIS, 2007) Consideram e identificam a sinonímia, a hierarquia e as relações associativas entre os conceitos de forma consistente. Podem ser monolíngues, monolíngues com equivalências ou multilíngues, de acordo com a cobertura linguística proposta. Os tesouros são a ferramenta mais refinada para representar o conhecimento que foi criada até hoje. (tradução nossa).

Sobre o assunto, Currás (2010, p. 99) diz que o tesouro é “uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, na qual os elementos linguísticos que a compõem – termos simples ou compostos – relacionam-se sintática e semanticamente.

Destaca-se, ainda, a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) que apresenta diretrizes para a construção e a manutenção de vocabulários controlados monolíngues, e explica que “um tesouro é um vocabulário controlado organizado em uma ordem conhecida e estruturado de modo que as relações entre os termos sejam exibidas claramente e identificadas por indicadores de relacionamento padronizados” (p. 18, tradução nossa).

Desse modo, o tesouro tem as seguintes funções:

- i) padronizar e contextualizar termos que possam representar conceitos diferentes, como por exemplo: amortização no contexto bancário tem significado diverso de amortização no contexto da contabilidade patrimonial;
- ii) realizar o controle da imprecisão da linguagem natural ocorrida em virtude dos fenômenos linguísticos da polissemia e da ambiguidade; e,

- iii) uniformizar termos diferentes que representam o mesmo conceito, como por exemplo: gratificação natalina, décimo terceiro salário, 13º salário e abono de Natal.

Quadro 3 – Exemplo de Relação de Equivalência

Relação de equivalência	Símbolos utilizados
13 SALÁRIO USE DECIMO TERCEIRO SALÁRIO	USE e UF (<i>used for</i>)
DECIMO TERCEIRO SALÁRIO UF 13 SALÁRIO	
ABONO DE NATAL UF 13 SALÁRIO	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Portanto, os tesouros têm a função de auxiliar na tradução da linguagem natural, utilizada pelo autor do documento e pelo usuário final, convertendo-a em uma linguagem controlada, possibilitando a descrição padronizada dos assuntos abordados em documentos nos Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) (adaptação de Café; Brascher; Sujii, 1990).

Campos e Gomes (2006, p. 348) dizem que,

a elaboração de um tesouro implica bases **classificatórias** e as **categorias** fundamentais permitem correto posicionamento dos **conceitos** nas classes e a **organização de domínio**; e a definição de cada **conceito** é o elemento que vai comprovar objetivamente tanto as **relações hierárquicas** como as **partitivas** e **associativas** com outros **conceitos**. (grifo nosso)

Corroborando com Campos e Gomes, Le Coadic (2004, p. 64) diz que “embora o tesouro inclua relações hierárquicas, trata-se de uma linguagem combinatória, o que o distingue de uma classificação que se baseia numa lógica de inclusão.”

Para Miranda (1999, p. 65)

a organização do conhecimento humano registrado, a fim de atender às mais diversas demandas, se realiza em sistemas de recuperação da informação, seja em ambientes convencionais ou virtuais. Entretanto, esta organização só é factível mediante uma representação que permita a recuperação do que foi organizado.

Corroborando a afirmação acima, os autores Tristão, Fachin e Alarcon (2004, p. 162) entendem “que as linguagens documentárias é que farão a comunicação entre a linguagem natural dos usuários e a unidade de informação, elas são utilizadas para representar o conteúdo dos documentos”.

Dobedei (2002, p. 25), em sua obra intitulada “Tesouro”, destaca a dimensão cíclica da organização do conhecimento, ao apresentar o modelo de caráter sistêmico

denominado “**Ciclo da Informação**”, ou modelo de “**Transferência da Informação**”, o qual reduz a realidade da representação do conhecimento a seis etapas: produção, registro, aquisição, organização, disseminação e assimilação.

Figura 5 - Ciclo da Informação ou Modelo de Transferência de Informação



Fonte: Dobedei, 2002, p. 25

Dobedei (2002, p. 67) ainda afirma que o ciclo da informação “contribui para resolver o problema da alocação de documentos em classes de assuntos apresentando uma estrutura sintética simplificada e uma complexa rede de referências cruzadas”.

Para Jesus (2002, p. 15) o Tesauro serve para “dar assistência ao usuário (pesquisador ou indexador) de maneira que ele consiga encontrar o termo que represente um determinado significado para o que se procura (...).”

Cavalcanti (1978, p. 27) define tesauro como “uma lista estruturada de termos associados empregada por analistas de informação e indexadores, para descrever um documento com a desejada especificidade, em nível de entrada, e para permitir aos pesquisadores a recuperação da informação que procuram”.

Para Baptista e Araújo Junior (2015, p. 140-141):

(...) o tesauro é considerado um instrumento de controle terminológico eficaz para a organização do conhecimento e importante ferramenta no tratamento e recuperação da informação. Os tesauros são estruturas consolidadas e padronizadas por normas internacionais, como a ISO 2788 (1986), a ISO 5964 (1985) e a ANSI/NISO Z39.19-2003 que tratam da construção, formatação e manutenção de tesauros monolíngues e multilíngues.

Continuando, Baptista e Araújo Junior (2015, p. 141) diz que,

(...) com base nessas normas pode-se sintetizar a estrutura de tesouros em duas partes: base teórica é a essência e a fundamentação para a construção de tesouros: conceito, termo, categorias e faceta; já a base técnico-operacional aborda a prática no desenvolvimento de tesouros: planejamento, coleta do termo, controle terminológico, estabelecimento de relações entre conceitos e formas de divulgação e publicação entre conceitos e formas de divulgação e publicação.

A construção de tesouros é uma tarefa difícil, que exige um esforço coletivo, pois as linguagens construídas são únicas em cada domínio do conhecimento e, portanto, sofrem constantes modificações à medida que as línguas evoluem.

3.2 Tesouro de Contas Nacional (TCN)

Durante os eventos VI Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas – BIBLIOCONTAS¹ e III Encontro de Jurisprudência dos Tribunais de Contas – JURISTC², sediado pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) em 2014, percebeu-se a necessidade de criação de um mecanismo de controle da linguagem utilizada pelos Tribunais de Contas (TC) que favorecesse a recuperação das informações e ao mesmo tempo facilitassem a convergência da linguagem entre os diversos tribunais no país, de modo que se pudesse criar uma base unificada de jurisprudência.

Inicialmente foi constituída uma Comissão de Estudo formada por membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF) e Tribunal de Contas da União (TCU), em colaboração com os bibliotecários/as das unidades informacionais dos Tribunais de Contas no país, visando atender uma demanda de uniformização e controle de linguagens.

Com a proposta de criação do **Tesouro de Contas Nacional (TCN)**, buscou-se atender os seguintes objetivos: (i) controle de terminologias no domínio do controle externo; e, (ii) auxiliar os tribunais de contas em seus processos de organização e recuperação de informações jurisprudenciais.

¹ É uma rede de cooperação e intercâmbio dos profissionais da informação (bibliotecários, arquivistas, museólogos e áreas afins) atuantes em unidades de informação (bibliotecas, arquivos e centros de memórias) dos Tribunais de Contas no país e órgãos afins dos países de Língua Portuguesa e Mercosul, e integra a estrutura orgânica do Instituto Rui Barbosa (IRB), conhecido por ser o “braço acadêmico” do Sistema de Controle Externo, é uma associação civil criada pelos Tribunais de Contas do Brasil em 1973 com o objetivo de auxiliar os Tribunais no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Tribunais de Contas.

² JURISTCs é coordenado pelo Comitê de Processualística, Súmula e Jurisprudência (CPSJ), que, assim como o BIBLIOCONTAS, integra a estrutura orgânica do Instituto Rui Barbosa (IRB).

Desse modo, o Tesouro de Contas Nacional (TCN) tem como finalidade servir de instrumento de referência aos bibliotecários-indexadores das unidades informacionais nos Tribunais de Contas no país.

Desse modo, o Tesouro de Contas Nacional (TCN), que é um conjunto de termos estruturados na linguagem do controle, auxilia os servidores dos órgãos de controle externo e aos cidadãos a terem mais **precisão e agilidade na busca por informações especializadas** dentro dos sistemas do Tribunal de Contas no país.

Atualmente, conta com **4.027 termos**, interligados por 3.180 termos hierárquicos, 6.782 relações associativas e 1.588 vocábulos que representam o controle de sinônimos, quase-sinônimos ou equivalências terminológicas (termos não-preferidos) organizados em 16 subcategorias afins ao controle externo.

Quadro 4 – Termos hierárquicos no TCN

Termos preferenciais (71.72%)	Termos não preferenciais (28.28%)
Relações hierárquicas (31.92%)	Relações associativas (68.08%)

Fonte: TCN, 2025

3.2.1 Das garantias literária, de uso, cultural e estrutural

Para revisão e atualização de tesouros, torna-se fundamental o estudo das garantias literária, também conhecida como garantia bibliográfica, de uso, cultural, e estrutural, presentes na elaboração de tais instrumentos.

Barité, *et. al.* (2010, p. 135-136) afirmam que a garantia literária

poderia ser insuficiente como única base para uma metodologia de construção de estruturas conceituais. Por isso, diversos autores propõem outras formas de garantia (garantia de usuário, garantia cultural, garantia organizacional, opinião de especialistas etc.) para melhorar a qualidade de sistemas de classificação, de vocabulários controlados e de outras linguagens. Estas outras garantias poderiam demonstrar sua pertinência e complementaridade, enriquecendo o conceito original. (Barité *et al.*, 2010, p. 135-136).

Desse modo, para a construção do Tesouro de Contas Nacional (TCN), diversas fontes foram consultadas, sempre observando os princípios de **garantia literária**, de **uso**, **cultural**, e **estrutura dos termos**, como mostra resumidamente o quadro 5:

Quadro 5 – Garantia literária, de uso, cultural e estrutura dos termos

GARANTIA LITERÁRIA	os termos escolhidos para linguagem de indexação devem ser derivados da literatura a qual se pretende representar.
GARANTIA DO USUÁRIO OU DE USO	os termos selecionados para um tesauro precisam estar de acordo com aqueles utilizados pelos usuários na tarefa de recuperação de informação.
GARANTIA CULTURAL	deve contribuir com a integração cultural, reafirmando as culturas locais e neutralizando nos sistemas de organização do conhecimento os efeitos de aculturação associados a globalização, processos políticos e econômicos de exclusão social.
GARANTIA ESTRUTURAL	representada por termos que não se apoiam nem na garantia literária nem na garantia de usuário, contudo encontra justificativa na estrutura em um vocabulário normalizado porque possibilitam uma função estrutural útil.

Fonte: Barité *et al.* (2010), adaptado pela autora

3.2.1.1 *Garantia Literária*

O princípio da **Garantia Literária** foi designado, em 1911, por Edward Wyndham Hulme (1859-1954). Ele defende que os termos de um sistema de classificação devem derivar da literatura a ser classificada, e não de considerações teóricas.

Desse modo, entende-se que a garantia literária é um princípio teórico que visa garantir a precisão na representação dos assuntos de um texto. É uma ferramenta de validação de termos em sistemas de organização e representação da informação e do conhecimento.

Nessa linha, Barité (2011, p. 42) se aprofundando no princípio de Hulme no desenvolvimento de sua tese, ressalta que

A coerência deste pensamento se manifesta em que, para Hulme, se uma bibliografia for compilada sobre um tema, a garantia literária do mesmo está assegurada, por ter cumprido o 'teste de validação' que exige, e também permite estabelecer um valor quantitativo a essa garantia. (Barité, 2011, p. 42, tradução nossa).

Trazendo à baila a discussão sobre garantia literária, Beghtol (1995; *apud* Barité, 2011) afirma que a garantia literária pode ser geralmente caracterizada como o conjunto de tópicos ao redor dos quais uma literatura foi estabelecida.

Considerando essa conceituação, torna-se possível representar a importância da garantia literária porque:

- Garante que os assuntos dos textos sejam representados de forma precisa;
- Respeita o documento e apresenta uma representação confiável;
- Respeita as necessidades de informação dos usuários;

- Pode ser aplicada em todas as áreas;
- É uma abordagem sistemática orientada para recuperação da informação.

3.2.1.2 *Garantia de Uso ou de Usuário*

Ao analisar a importância da temática da garantia do usuário, na literatura encontram-se termos similares, como “garantia de uso” ou “endosso do usuário”.

No processo de construção de um vocabulário controlado, especificamente um tesouro, alguns critérios devem ser considerados, dentre os quais destaca-se a garantia do usuário.

O autor F. W. Lancaster (1977), em sua obra intitulada “*Vocabulary control for information retrieval*” fez uma distinção entre **garantia literária** e **garantia do usuário** e considerou a garantia do usuário mais significativa, visto que “o criador de um vocabulário controlado deve saber uma quantidade considerável sobre os usuários potenciais de seu sistema e sobre os tipos de solicitações que eles provavelmente farão”. (Barité, 2018, p. 528, tradução nossa).

Continuando, Lancaster (1977, p.9 *apud* Barité *et al.*, 2010, p. 127) julga a garantia do usuário como um complemento tanto ou mais valioso que a garantia literária “para a construção de vocabulários controlados eficientes para a recuperação da informação”.

Corroborando a afirmação acima, Barité (2007, tradução nossa), no seu trabalho apresentado no 8º ENANCIB, diz que a garantia do usuário “se sustenta na ideia de que o processo de seleção de termos deve estar associado às formulações de busca que os usuários realizam ante um sistema de informação, e na forma em que elas se manifestam”. Desse modo, dentre os instrumentos das Linguagens Documentárias (LD) e nos aspectos em que se percebe a importância da garantia do usuário, os tesouros, em seu processo de consolidação, lançam mão desse recurso.

Barité *et al.* (2010) reafirmam que a ‘garantia do usuário’ ou ‘garantia de uso’, mostra a importância das solicitações e das formas de buscas dos usuários para compor as representações. Nessa mesma linha, e corroborando com afirmação de Barité *et al.* (2010), Alves (2016) entende que a representação deve estar mais próxima do contexto de comunicação dos usuários com o sistema de informação.

A Norma ANSI/NISO Z39.19 (2010) define a garantia de uso ou do usuário como,

Justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferido devido a pedidos frequentes de informações sobre o conceito ou pesquisas de texto livre sobre o termo pelos usuários de um sistema de armazenamento e recuperação de informações. (National Information Standards Organization, 2010, p. 10, tradução nossa).

De acordo com Beghtol (1994) e Barité *et al.* (2010), a garantia literária é um conceito desenvolvido no contexto de sistemas de classificação bibliográfica, mas foi ampliado para representações em indexação.

3.2.1.3 Garantia Cultural

Barité *et al.* (2010, p. 55 *apud* Lee, 1976, p. 111-112) descreve a garantia cultural como "uma aplicação prática dos valores culturais expressos pela literatura produzida por uma determinada cultura", ou seja, é uma manifestação cultural da literatura de uma área de conhecimento.

Numa mesma linha de pensamento, Beghtol (1986 *apud* Medeiros, 2015) diz que a garantia cultural pode ser conceituada "como a análise do que é realizado fora do âmbito acadêmico – complementando as garantias literária e científica."

Para Guedes e Moura (2016, p. 13) garantia cultural se relaciona com a Organização do Conhecimento (OC) ao assegurar que os sistemas de organização e representação do conhecimento sejam convenientes e úteis para as pessoas de uma determinada cultura. Isso significa que esses sistemas devem estar baseados nos pressupostos, valores e predisposições da cultura em questão.

Ainda segundo os autores, a garantia cultural é vista como um conceito guarda-chuva, como mostra a Figura 6, englobando outras garantias como a literária, filosófica, do usuário e estrutural, que são manifestações práticas dos valores culturais compartilhados por grupos e comunidades sociais.

Figura 6 - Garantia cultural como conceito guarda-chuva



Fonte: Guedes e Moura, 2016

Para os autores Boccato e Biscalchini (2014, p. 243) o princípio da garantia cultural pressupõe que “um vocabulário controlado deva atingir o maior número possível de usuários (individuais ou em grupo) e, conseqüentemente, representar a informação a partir da perspectiva cultural de cada indivíduo/grupo.”

Biscalchini e Moreira (2020, p. 55) afirmam que a “garantia cultural contribui para a qualidade da representação da informação, quando os termos devem ser adequados ao contexto cultural que os usuários se encontram inseridos.”

Barité (2011, p.10) ressalta que o conceito de garantia cultural

não é neutro, como tampouco o conceito de cultura. Através da garantia cultural se relativizam as ideias de que tanto os sistemas de organização do conhecimento como os processos de classificação e de indexação devem ser baseados na objetividade e na neutralidade, seguindo as premissas da suposta objetividade da ciência. (Barité, 2011, p.10).

A Norma ANSI/NISO Z39.19 (2005), também aborda a especificidade e o contexto cultural como elementos de importância no processo de seleção de termos e no estabelecimento de vários tipos de relações semânticas.

Ratificando tais abordagens, a Norma ABNT 13790 (1997), intitulada “Terminologia: princípios e métodos: harmonização de conceitos e termos”, mostra-nos que a prática da harmonização de termos é necessária e visa examinar as semelhanças e as diferenças entre os conceitos e os sistemas de conceitos, de modo a se estabelecer a viabilidade da harmonização. Desta forma, pode-se dizer que a norma está articulada ao princípio da garantia cultural, reforçando a perspectiva sociocultural como modo de otimizar o acesso, a recuperação e o uso da informação aos usuários de diferentes línguas.

Ratificando afirmação acima, Boccato (2009, p. 120 *apud* Zeng 2008, p. 160) mostra

[...] que os sistemas de organização do conhecimento devem ser estruturados em um plano multidimensional, transpondo fronteiras culturais e geográficas de acesso e representação, sem desconsiderar suas funções principais que incluem a eliminação da ambigüidade, o controle de sinônimos e o estabelecimento de relacionamentos semânticos. [...]

Conclui-se que a garantia cultural ajuda a garantir que os sistemas de organização do conhecimento reflitam e atendam às necessidades e contextos específicos das comunidades que os utilizam.

3.2.1.4 Garantia Estrutural

A elaboração de um Vocabulário Controlado fundamentou-se no princípio de que um instrumento dinâmico, capaz de ser atualizado de forma criteriosa, requer uma estrutura de relações lógico-semânticas explícitas entre as áreas, subáreas e a terminologia propriamente dita, em seus diferentes níveis e a apresentação de regras de utilização igualmente explícitas e compartilhadas.

Quando se constrói um vocabulário controlado, o mais **provável é admitir termos que estão somente garantidos em vocabulários altamente estruturados**, como os empregados por linguagens classificatórias.

Um vocabulário controlado garante a comunicação efetiva entre sistema de informação e usuário. Todo vocabulário controlado é composto por um conjunto de termos que representam conceitos de um ou vários campos de conhecimento. Tais signos são dispostos em estrutura relacional previamente definida.

Desse modo, a garantia estrutural de um tesauro é um elemento que garante o acesso à informação presente no vocabulário controlado.

Quanto aos termos apoiado pela Garantia Estrutural, estes facilitam elos em uma hierarquia de termos ou colaboram para que seja possível dispor um conjunto mais específico de termos.

Partindo desses pressupostos, o estudo compreende revisar e aprimorar o Tesauro de Contas Nacional (TCN), que atualmente utiliza o *software* TemaTres, sob a perspectiva da sua utilização, pelos profissionais bibliotecários-indexadores das unidades informacionais, bem como pelos usuários/servidores dos Tribunais de Contas no Brasil, que são associados ao IRB.

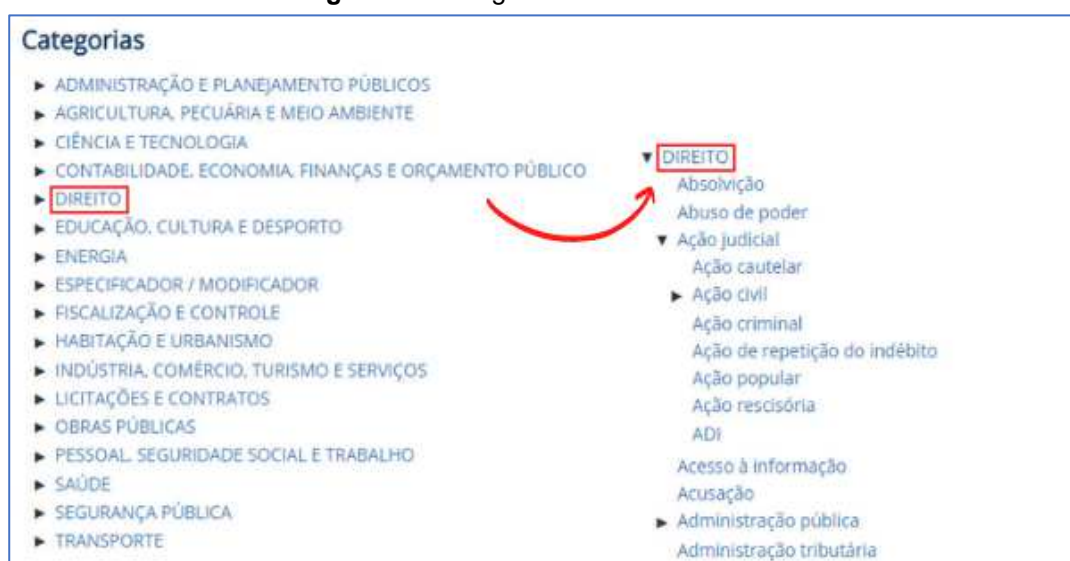
Contextualizando sobre o *software*, Gonzales-Aguilar *et al.* (2012, p. 320) dizem que o TemaTres, é uma ferramenta de “aplicação *web* para gestão de representações linguísticas formais do conhecimento: vocabulários controlados, taxonomias, tesauros, listas de cabeçalhos de assunto etc”.

O *software* TemaTres, lançado em 2001 como TemaUno, é uma ferramenta para construção e gestão de vocabulários controlados, desde vocabulários simples a tesauros multi-hierárquicos. Esta ferramenta possui as seguintes características e funcionalidades:

- Software de código aberto;
- Possibilita a criação de diversos tipos de relacionamentos;

- Interface simples com boa usabilidade;
- Possui interface gráfica que facilita a visualização das estruturas dos termos;
- Possibilita a realização de busca textual;
- Navegação por meio da estrutura do vocabulário;
- Cria automaticamente as relações recíprocas;
- Produz diversos tipos de relatórios;
- Possibilidade de criar notas de acordo com a necessidade da contextualização do descritor (Nota de Escopo, Nota Legislativa etc.);
- Permite importação de termos em lote;
- Interoperabilidade com outros Sistemas de Recuperação da Informação – SRI;
- Possibilita integração entre os tesouros que utilizam o sistema.

Figura 7 – Categorias do TCN



Fonte: Exemplo de consulta, Tesauro de Contas Nacional

Contudo, desde a criação do Tesauro de Contas Nacional - TCN, não houve uma continuidade na revisão e atualização devido aos seguintes fatores: falta de pessoal nas unidades informacionais dos Tribunais de Contas no país, e alguns Tribunais de Contas adotaram seu próprio Vocabulário Controlado.

4 METODOLOGIA

Neste estudo foi analisado a **Teoria do Conceito**, sob à luz de Dahlberg, por entender a língua como um sistema de relações conceituais, bem como, será estudado a Teoria da Classificação Facetada e Teoria da Terminologia (questões semânticas, sintáticas e conceituais).

Norteados por Messa (2017), foram adotados os critérios de avaliação de linguagens documentárias, sendo que a **análise de domínio**, no que tange aos seus aspectos conceituais, apresenta-se como um dos critérios relevantes para a avaliação de tesouros. Essa iniciativa garante maior padronização e, por consequência, maior qualidade e consistência no tratamento e na recuperação das informações.

Para entendermos o **Objetivo Geral**, primeiramente precisamos compreender o conceito de “diretrizes” que são as **normas de procedimento**. Desse modo, foram consideradas recomendações ou atividades a serem realizadas ou checadas pelos bibliotecários-indexadores dos Tribunais de Contas no país.

Para atender os **Objetivos Específicos**, sob o prisma metodológico, foram apresentadas revisões de literaturas de autores de referência, acerca das teorias, métodos e técnica no domínio de Organização do Conhecimento.

O estudo foi conduzido por meio de um levantamento bibliográfico realizadas em bases de dados referenciais de programas de pós-graduação em Ciência da Informação, descritas no quadro 6.

Quadro 6 – Bases de Pesquisa

Base de Pesquisa	Descrição da Base
BDTD	Desenvolvida pelo Ibict, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e estimula o registro e a publicação de teses e dissertações eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional.
Brapci	Bases de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) é o produto de informação do projeto de pesquisa “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Com esse propósito, foram identificados os títulos de Periódicos científicos da área de Ciência da informação (CI) e indexados seus artigos, constituindo-se a base de dados referenciais. A base amplia o espaço documentário permitido ao pesquisador, facilita a visão de conjunto da produção na área, ao mesmo tempo, que revela especificidades do domínio científico.
Plataforma Sucupira - Capes	A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC) e tem como missão a expansão e consolidação da pós-graduação <i>stricto sensu</i> (mestrado e doutorado) no Brasil.

SciELO

Scientific Electronic Library Online (SciELO), também conhecida pelo nome em português **Biblioteca Eletrônica Científica Online**, é uma biblioteca digital de livre acesso e um projeto cooperativo de publicação digital de periódicos científicos. A SciELO publica *online* o texto completo de artigos em acesso aberto; realiza a indexação de periódicos com base em controles de qualidade; mede o desempenho com base em *downloads* e citações; dá assistência aos editores dos periódicos, e desenvolve programas de capacitação de editores e equipes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

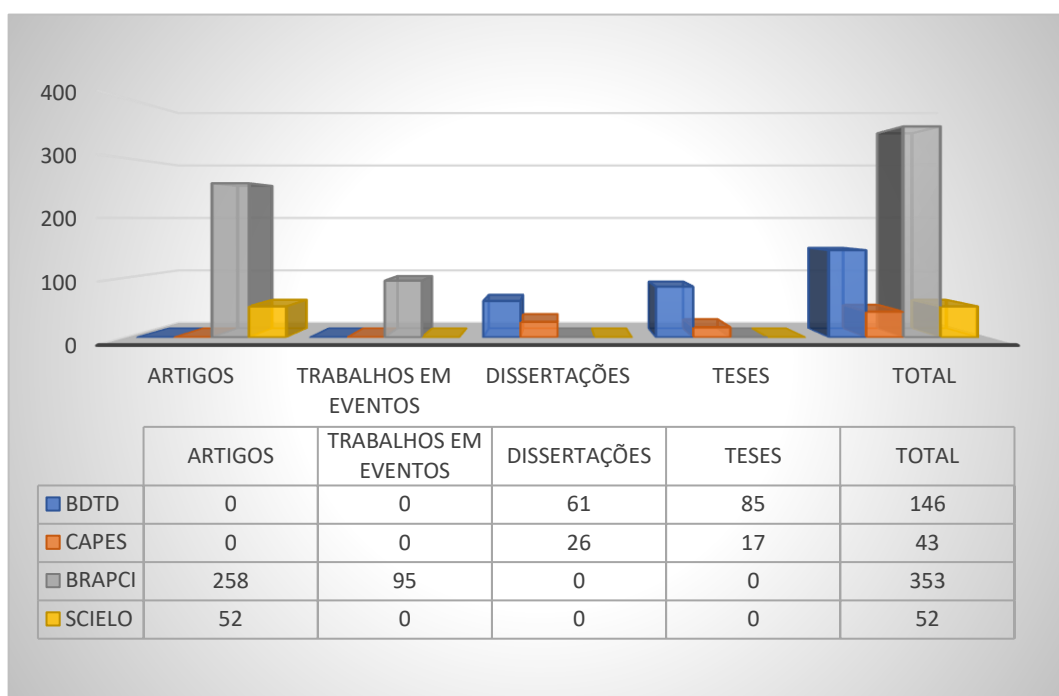
A escolha do período de 2018 a 2025 como recorte temporal para o levantamento bibliográfico nesta pesquisa fundamenta-se em uma estratégia metodológica alinhada à evolução do Tesauro de Contas Nacional (TCN). O ano de 2018 marca a última atualização oficial do TCN antes do processo de revisão conduzido em 2024, o que o torna um marco referencial essencial para análise comparativa.

Esse intervalo de 07 (sete) anos permite observar, com maior precisão, as transformações terminológicas ocorridas no domínio do controle externo, especialmente no que se refere à produção científica, jurisprudência e práticas de indexação nos Tribunais de Contas. Além disso, o período contempla tanto a fase de uso contínuo da versão anterior do TCN quanto o contexto preparatório e de implementação das novas diretrizes de atualização propostas por esta pesquisa.

A ausência de mecanismos sistemáticos de atualização entre 2018 e 2023, identificada pela autora enquanto membro do Subcomitê do Tesauro, reforça a importância desse recorte para evidenciar lacunas, defasagens linguísticas e demandas emergentes não contempladas na versão anterior. Assim, o recorte temporal adotado é essencial para avaliar a efetividade das propostas metodológicas sugeridas e subsidiar a institucionalização de políticas de atualização contínua do TCN, conforme os princípios de garantia literária, de uso, cultural e estrutural.

Como estratégia de busca foram utilizados os descritores “**Organização do Conhecimento**”, “**Tesauro**” e “**Vocabulário Controlado**” os quais foram recuperados 594 (quinhentos e noventa e quatro) trabalhos entre artigos de periódicos, trabalhos em eventos, dissertações e teses, conforme demonstrado no quadro 7:

Quadro 7 – Resultado do Levantamento Bibliográfico (2018-2025)



Fonte: Elaborado pela autora, 2025

Outra fonte de pesquisa consultada foram os anais da ISKO (*International Society for Knowledge Organization*), que é uma sociedade científica responsável pela área de Organização do Conhecimento, e que tem como foco assuntos concernentes as bases teóricas da classificação, práticas associadas com a indexação e classificação, bem como as aplicações de esquemas de classificação e tesauros, e questões relacionados a terminologias em geral.

Objetivo específico 1: Sob o prisma epistemológico, foi realizada uma revisão na literatura que contempla aspectos epistemológicos da Organização do Conhecimento e da Ciência da Informação. Segundo Araújo, Guimarães e Tennis (2021) “as posturas epistêmicas influenciam tanto as questões relacionadas à representação do conhecimento (critérios de relevância, necessidades de informação, classificação, indexação, recuperação de informação, etc.) quanto a pesquisa em OC.”

Objetivo específico 2: Segundo Messa (2017, p. 12) “a utilização de um instrumento terminológico, configura-se essencial para sanar dúvidas relativas à propriedade do termo utilizado para representar o assunto de um determinado documento, ou seja, a contar da leitura da obra e com auxílio da ferramenta utilizada, o indexador consegue distinguir termos, analisando sua definição e suas relações,

escolhendo dentre todos os oferecidos, aquele previamente estabelecido no instrumento que pode melhor servir para traduzir a temática determinada.”

Objetivo específico 3: A validação dos termos se dá com a *expertise* dos bibliotecários-indexadores do Subcomitê do Tesouro, do CTGI/IRB, a partir da submissão aos especialistas do Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo, do Instituto Rui Barbosa (CJSP/IRB). Para tanto estuda-se criar um canal de comunicação, hospedado no Portal do IRB, os quais os Tribunais de Contas no país poderão submeter as sugestões de termos para estudo, análise, validação e atualização no Tesouro de Contas Nacional (TCN), considerando os aspectos semânticos e conceituais para a representação das informações no domínio do Controle Externo.

Segundo Campos, Gomes e Motta (2004, *online*) “a prática de registro permanente de ocorrência de novos termos e definições, com discussão permanente entre os responsáveis pelo tesouro, torna a atividade terminológica mais eficaz e menos penosa. Quando um sistema é descentralizado em sua operacionalização, é necessário um grupo coordenador para avaliar as propostas de inclusão de novos termos. Este grupo não precisa se reunir amiúde, mas pode ser planejado para ele um calendário de reuniões.”

Dessa forma, os 33 (trinta e três) Tribunais de Contas no país contribuirão ativamente para o aperfeiçoamento e atualização contínua do Tesouro de Contas Nacional (TCN).

Em cumprimento aos objetivos específicos deste estudo, foram coletados cerca de 800 termos, disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF). Contudo encontra-se em estudo e análise de assunto para fins de indexação no domínio de Controle Externo.

O registro de novos termos é realizado com base em alterações legislativas e novos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais. A atualização também pode ocorrer por solicitação de inclusão de termos pelos usuários. Em todos os casos, o Subcomitê do Tesouro, do Comitê Técnico de Gestão da Informação e do Conhecimento (CTGI/IRB), reúne-se para realizar estudo sistemático de cada novo termo e seus relacionamentos dentro do Tesouro de Contas Nacional (TCN).

Diante do exposto, o presente estudo objetiva apresentar uma proposta com diretrizes aos bibliotecários-indexadores dos Tribunais de Contas país, visando nortear a uniformização de critérios e procedimentos para a atualização contínua do

Tesouro de Contas Nacional (TCN) e auxiliar na uniformização de vocabulários específicos nos Tribunais de Contas do país.

4.1 Domínio do Controle Externo

Para uma melhor compreensão sobre a temática de estudo, faz-se necessário trazer o conceito e finalidade do Controle Externo, e o papel dos Tribunais de Contas como órgão fiscalizador.

O Tribunal de Contas é o órgão responsável pela fiscalização dos gastos públicos por parte dos governantes. O uso de todo o dinheiro do contribuinte aplicado em impostos é verificado por esse setor da Administração Pública, que tem sua missão e atribuição definidas pela Constituição.

Os artigos 31, 70 a 75 da Constituição Federal (Brasil, 1988) disciplina as normas que se aplicam à determinação de competências e organização das Cortes de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal. Segundo a Carta Magna, os Tribunais de Contas exercem, além da função fiscalizadora, o **papel consultivo, judicante, informativo, sancionador, corretivo e normativo**, assim como parte de suas atividades assume **caráter educativo**.

Para melhor compreensão, o quadro 8 abaixo, traz o conceito e finalidade de “Controle Externo”.

Quadro 8 – Conceito e Finalidade de Controle Externo

CONCEITO	FINALIDADE
Conjunto de ações de controle desenvolvidas por uma estrutura organizacional, contendo procedimentos, atividades e recursos próprios, alheios à estrutura controlada, e que visa à fiscalização, verificação e correção dos atos. (Fernandes, 2016, p. 103)	Garantir que os administradores públicos atuem em consonância com princípios basilares da Administração Pública, tais como: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. (Brasil, art. 37, CF)

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

O descritor “**Controle Externo**”, no Tesouro de Contas Nacional – TCN, está organizado da seguinte forma:

Quadro 9 – Descritor ‘Controle Externo’ no TCN

CAT	Administração e Planejamento Público	
TG	Fiscalização e Controle	
TE	Classificação: 328.3456	Controle Externo
DEF	Controle exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Aplica-se, no que couber, à fiscalização	

	exercida pelas casas legislativas estaduais, distrital e municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados, do Município ou do Distrito Federal ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. CF, arts.31, 70, 71 e 75 Fonte: https://www25.senado.leg.br/web/congresso/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/controle_externo
TR	Ação de controle externo
	Administração estadual
	Controle interno
	Fiscalização financeira e orçamentária
	Função de governo
	Órgão de controle externo
	Princípio da economicidade
	Processo de controle externo
Legenda: CAT: Categoria que agrupa o termo DEF: Definição do termo TG: Termo Geral TE: Termo Específico TR: Termo Relacionado	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Para uma melhor compreensão, o quadro 9 mostra a estrutura conceitual que durante o processo de indexação identifica e descreve o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos em linguagem controlada e padronizada.

Abaixo, segue algumas definições usados na ferramenta:

Descritor: também chamado de termo autorizado ou preferido, é usado na indexação para representar um conceito. Pode ser uma palavra simples ou composta, um nome de entidade ou de uma localidade.

Não-descritor: também chamado de termo não autorizado ou não preferido, deve ser substituído pelo descritor autorizado correspondente. Consta do Tesauro para ampliar as possibilidades de recuperação da informação. Normalmente são sinônimos ou formas diferenciadas de grafia do termo descritor.

Relacionamento entre conceitos:

As relações entre conceitos no TCN dividem-se em: Equivalência, Hierarquia e Associação. O objetivo é representar os descritores em seu contexto semântico. Nem todos os termos possuem todas as relações.

Nota de Definição (DEF): sigla que precede uma ou mais definições para o termo descritor. Vem sempre acompanhada da fonte consultada.

Relação de Equivalência: agrupa termos sinônimos ou quase sinônimos que representam um mesmo conceito. Um termo é escolhido como descritor e os demais ficam como não autorizados que remetem ao termo válido. A Equivalência é expressa por meio dos símbolos: USE e UP (Usado Para).

Relação Hierárquica: exprime graus ou níveis de superordenação e subordinação entre termos. O termo superordenado é o gênero ao qual o termo subordinado é tipo ou espécie. É indicada por meio dos símbolos TG (Termo Geral) e TE (Termo Específico).

Relação Associativa ou Termo Relacionado: relação que reúne conceitos afins que não estejam ligados por relacionamentos de equivalência ou hierarquia. São múltiplas as possibilidades de relacionamentos deste tipo que é assim identificado: TR (Termo Relacionado). Os Termos Relacionados servem para orientar o indexador quanto às possibilidades de uso de outros descritores e para sugerir ao usuário outras possibilidades de pesquisa.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

Neste estudo adotou-se também, como procedimento, a pesquisa de campo em que foi empregado um questionário com 03 (três) perguntas simples visando coletar informações acerca do uso do Tesouro de Contas Nacional, aos 33 Tribunais de Contas no Brasil.

Quadro 10 - Questionário de Pesquisa

Ação Estratégica: Diagnóstico, estruturação dos setores de jurisprudência e atualização da página do Comitê no site do IRB.			
Atividade:	Existência, atualidade e utilização do tesouro e/ou vocabulário de contas pelos Tribunais.		
Tribunal	Possui Vocabulário Controlado próprio?	Caso não, utiliza o Tesouro de Contas Nacional do IRB?	Caso não utiliza o TCN, qual outro Tesouro/Vocabulário Controlado faz uso?

Fonte: Elaborada pela autora, 2023

Atuando como membro-titular do Subcomitê do Tesouro, do Comitê Técnico de Gestão da Informação do IRB (CTGI/IRB), também foi empregada a técnica de observação, em que se observou como fraqueza a ausência de plano de ação e procedimentos, pelos bibliotecários-indexadores, quanto a continuidade para aprimoramento e atualização do sistema.

Quanto a abrangência temática do Tesouro de Contas Nacional (TCN), atualmente, está organizada em 16 categorias, como mostra o quadro 11, o qual podemos chamar de “Árvore do Conhecimento”, conceito denominado por Burke (2003, p. 83), dentro da temática Controle Externo.

Quadro 11 - Categorias no TCN

C	▪ Administração e Planejamento Públicos
O	▪ Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
N	▪ Ciência e Tecnologia
T	▪ Contabilidade, Economia, Finanças e Orçamento Público
R	▪ Direito
O	▪ Educação, Cultura e Desporto
L	▪ Energia
E	▪ Fiscalização e Controle
E	▪ Habitação e Urbanismo
X	▪ Indústria, Comércio, Turismo e Serviços
T	▪ Licitações e Contratos
E	▪ Obras Públicas
R	▪ Pessoal, Seguridade Social e Trabalho
N	▪ Saúde
O	▪ Segurança Pública
O	▪ Transporte

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

O processo de representação é dependente da etapa de análise de assunto por meio da identificação e seleção de conceitos, com vistas à “tradução” desses conceitos identificados e selecionados por meio de terminologias constituintes de uma linguagem documentária.

Na descrição das etapas foram consideradas:

- a) incorporação constante de novos termos, visando à atualização da linguagem que se fizer necessária, por meio de coleta em fontes de informação formais (dicionários especializados, glossários técnico-científicos, diretórios, entre outros) e informais (formulários de sugestões de assuntos preenchidos pelos usuários, catálogo e listas de assuntos locais elaborados pela biblioteca);
- b) eleição de termos expressivos, visando à clareza na designação do assunto;
- c) revisão da tradução de termos existentes na linguagem, tendo em vista a devida correspondência conceitual que deve ocorrer em relação à terminologia das áreas científicas nacionais;
- d) eliminação das ambiguidades causadas pela homonímia e polissemia advindas da linguagem natural;
- e) incorporação de termos específicos, entre outras.

Com vistas a usabilidade pelos Tribunais de Contas e instituições afins e pelos usuários final, a aplicação do questionário versa apresentar um diagnóstico apresentando um cenário quanto o alcance geográfico no uso da ferramenta.

No estudo preliminar, e após análise dos dados do questionário ilustrado no quadro 10, o resultado parcial preliminar das informações coletadas, está demonstrado no quadro 12, como segue:

Quadro 12 – Resultado da Pesquisa

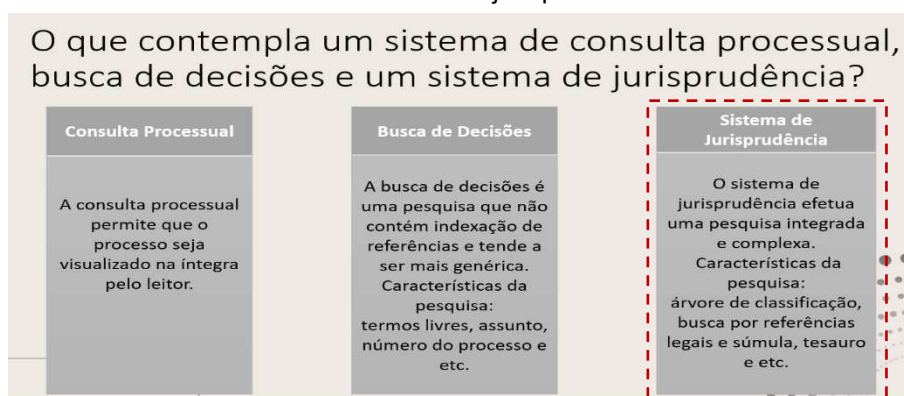
Existência, atualidade e utilização do tesauro e/ou vocabulário de contas pelos Tribunais.

- 1) Possui Vocabulário Controlado próprio?
6 Tribunais possuem vocabulário controlado; 14 não possuem; e, 13 não responderam
- 2) Caso não, utiliza o Tesauro de Contas Nacional do IRB?
5 utilizam o Tesauro de Contas Nacional/IRB
- 3) Caso não utilize o TCN, qual outro Tesauro ou Vocabulário Controlado faz uso?
3 Tribunais responderam que utilizam o próprio Tesauro; 2 utilizam o Vocabulário Controlado do TCU; e, os demais não responderam

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

O estudo preliminar acima merece ser aprofundado, uma vez que, a atuação dos bibliotecários-indexadores nas unidades de informações vem apoiando o serviço de jurisprudência nos Tribunais de Contas em seus estados, realizando análise dos assuntos, indexação dos descritores para elaboração de boletins de jurisprudências, informativos temáticos e alimentando sistemas jurisprudenciais, como mostra a 2ª parte da pesquisa, representado na Figura 8.

Figura 8 – Mapeamento dos sistemas de tecnologia de informação voltados a área de jurisprudência



Fonte: Comitê de Processualística, Súmula e Jurisprudência (CPSJ/IRB), 2023.

No que concerne as atividades de organização de informações jurisprudenciais, a atuação e a *expertise* dos bibliotecários-indexadores nos Tribunais de Contas no país, como profissional interdisciplinar, possuem os métodos e técnicas de organização e disseminação desse insumo, tornando-se o mediador entre a informação e o usuário.

Dentro desse contexto, o bibliotecário é profissional mais capacitado para trabalhar com a organização do conhecimento e da informação jurídica, uma vez que, para Passos e Barros (2009, p. 94), “pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente em três formas distintas: descritiva (por meio da doutrina), normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência).”

Como contribuições, este estudo apresenta uma proposta com diretrizes, detalhado no Apêndice, para a atualização e organização do Tesouro de Contas Nacional (TCN), ferramenta essencial na padronização terminológica e na recuperação da informação no domínio do controle externo. A estruturação do TCN requer uma equipe multidisciplinar, definição de responsabilidades, cronograma periódico de revisão, e adoção de normas internacionais como a ISO 25964. Recomenda-se a organização hierárquica dos termos (gerais, específicos e

relacionados), bem como a normalização de critérios para inclusão e exclusão de conceitos.

A atualização do conteúdo deve considerar mudanças no contexto econômico, consultas a especialistas e usuários, e análise de fontes oficiais e vocabulários jurídicos de tribunais superiores (STF, STJ, CNJ etc.). A organização modular do tesauro facilita a navegação por áreas temáticas e deve ser apoiada por ferramentas de busca avançada e interoperabilidade com outros sistemas, utilizando padrões como SKOS.

A governança do TCN envolve auditorias terminológicas regulares, registro de alterações e critérios objetivos para controle de qualidade. A capacitação dos usuários, promovida pelo Subcomitê do Tesauro (CTGI/IRB), e a disseminação do uso do TCN em instituições públicas e acadêmicas são fundamentais. O uso de tecnologias avançadas, como inteligência artificial e processamento de linguagem natural, pode automatizar atualizações e melhorar a precisão terminológica.

Conclui-se que a disponibilização online do tesauro promove acessibilidade, fomenta pesquisas e reforça a transparência e a governança pública, permitindo a consulta ampla por servidores, pesquisadores e a sociedade civil. As diretrizes visam garantir a consistência conceitual, a atualização contínua e a efetividade do TCN como instrumento estratégico na organização do conhecimento e na gestão pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração e a atualização do Tesauro de Contas Nacional (TCN) são processos fundamentais para a qualificação da representação da informação no domínio do Controle Externo. Este estudo evidenciou a relevância da Teoria da Classificação Facetada, da Teoria do Conceito e da Teoria Geral da Terminologia como subsídios teórico-metodológicos para a construção e revisão do TCN, assegurando a coerência conceitual, a precisão terminológica e a eficiência na recuperação da informação.

A aplicação da Teoria da Classificação Facetada permitiu estruturar o tesauro de forma flexível e adaptável, proporcionando uma organização dinâmica do conhecimento. O uso de facetas possibilitou agrupar conceitos em dimensões inter-relacionadas, permitindo uma indexação mais precisa e eficaz. Assim, o modelo facetado demonstrou-se essencial para lidar com a diversidade terminológica existente nos Tribunais de Contas, facilitando a representação estruturada dos termos e contribuindo para a uniformização do vocabulário utilizado no contexto do Controle Externo.

A Teoria do Conceito, por sua vez, forneceu subsídios essenciais para a definição e estruturação dos termos no tesauro. A compreensão dos conceitos como unidades fundamentais de significado permitiu a delimitação precisa das relações semânticas entre os termos, promovendo maior coerência conceitual. A abordagem conceitual auxiliou na identificação de categorias fundamentais para a estruturação do TCN, garantindo que os termos fossem representados de maneira sistemática e organizada.

A Teoria Geral da Terminologia (TGT) teve um papel determinante na padronização e normalização dos termos utilizados no tesauro. A utilização de princípios terminológicos permitiu estabelecer um controle do vocabulário eficiente, minimizando ambiguidades e promovendo a univocidade dos termos. A TGT também possibilitou a harmonização das terminologias utilizadas nos diferentes Tribunais de Contas, garantindo maior precisão na indexação e recuperação da informação.

A aplicação dessas teorias na construção e revisão do TCN também teve como referencial, levando em consideração os princípios de garantia literária, garantia de uso, garantia cultural e garantia estrutural:

Garantia Literária: Fundamentou a seleção de termos a partir de fontes bibliográficas e documentais relevantes, assegurando que a terminologia representasse com fidedignidade os conceitos utilizados na literatura especializada sobre Controle Externo.

Garantia de Uso ou de Usuários: Considerou a linguagem dos usuários dos Tribunais de Contas, promovendo um alinhamento entre o vocabulário técnico e o uso prático da terminologia, favorecendo a recuperação da informação com maior efetividade.

Garantia Cultural: Permitiu a inclusão de variações terminológicas regionais e institucionais, respeitando as especificidades linguísticas e conceituais adotadas nos diferentes Tribunais de Contas, garantindo que o tesauro representasse a diversidade cultural do contexto brasileiro.

Garantia Estrutural: Viabilizou a organização sistemática dos termos, por meio de um modelo hierárquico coerente e bem definido, assegurando a integridade conceitual do tesauro e a interoperabilidade com outros sistemas de organização do conhecimento.

Conclui-se que, a integração entre a Teoria da Classificação Facetada, a Teoria do Conceito e a Teoria Geral da Terminologia possibilitou a construção de um Tesauro de Contas Nacional mais robusto, estruturado e eficaz na representação e recuperação da informação. O aprimoramento contínuo do TCN, hospedado no *software* TemaTres, aliado a diretrizes metodológicas bem estabelecidas, contribuirá para a qualidade da indexação, para a padronização terminológica e para a transparência no compartilhamento da informação no âmbito do Controle Externo no Brasil.

Como perspectivas de estudos futuros, incluem-se a validação do modelo por indexadores especialistas, por meio de parceria, com o Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo, do Instituto Rui Barbosa (CJSP/IRB) visando garantir a fundamentação terminológica de novos termos no Tesauro de Contas Nacional (TCN).

Visualiza-se, ainda, com este estudo apresentar um conjunto de diretrizes e procedimentos para a atualização e manutenção contínua do TCN, garantindo a uniformização de critérios e processos.

E, ademais, acredita-se que com a melhoria e o aperfeiçoamento do Tesauro de Contas Nacional representam, simultaneamente, um avanço na qualificação dos profissionais da informação que atuam nessa área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paula Carina de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TENNIS. Joseph T. A concepção de epistemologia da organização do conhecimento. **Palavra chave** [online], La Plata, v. 10, n. 2, enero-abr. 2021. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/pacla/v10n2/1853-9912-pacla-10-2-e120.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 13790**: Terminologia - Princípios e métodos - Harmonização de conceitos e termos. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 1997.

BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique de (org). **Organização da informação**: abordagens e práticas. Brasília, DF: Thesaurus, 2015.

BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester (org.). **Educación, universidad e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/139/2313/3861. Acesso em: 5 abr. 2024.

BARITÉ, Mário *et al.* Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **Transinformação**, Campinas, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 123-138, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116211>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BARITÉ, Mário. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palavra Clave (La Plata)**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 2-11, oct. 2011. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCv1n1a02/1867>. Acesso em: 30 jan. 2025.

_____. Literary warrant. **Knowledge Organization**, Nancy Cedex, France, v. 45, n. 6, p. 517-536, 2018. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/de/10.5771/0943-7444-2018-6-517.pdf?download_full_pdf=1. Acesso em: 3 fev. 2025.

BARROS, Thiago Henrique Bragato; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira (org.). **Organização e representação do conhecimento em múltiplas abordagens**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_Organizacao-representacao.pdf. Acesso em: 5 fev. 2025.

BEGHTOL, C. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classifications systems. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 30, n. 2, p. 109-125, apr./jun. 1986. Disponível em: <https://alair.ala.org/server/api/core/bitstreams/6ff3860c-d197-4fbf-9cb4-2b0d9e0be142/content>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BISCALCHIN, Ricardo; MOREIRA, Walter. Construção de vocabulários multilíngues: perspectivas culturais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, número 4, p. 47-67, dez./2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/26929>. Acesso em: 2 fev. 2025.

_____. Garantia transcultural em vocabulários controlados: elementos para uma discussão sobre representatividade nos Sistemas de Organização do Conhecimento. In: ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 367-396. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/510. Acesso em: 7 jan. 2025.

BOCCATO, Vera Regina Casari. **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias**: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal. 2009. 301 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/5ef8be40-8239-40e4-9924-807cd16c21e7>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BOCCATO, Vera Regina C.; BISCALCHIN, Ricardo. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Colômbia, v. 37, n. 3, p. 237-250, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179031873006>. Acesso em: 3 fev. 2025.

_____. Sistemas de organização do conhecimento: uma tipologia atualizada. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 122-139, 2011. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/9952>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou organização do conhecimento?. In: Lara, Marilda Lopes Ginez de; Smit, Johanna (org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. p. 85-103. Disponível em: <https://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacoes%20-%20temasdepesquisas.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 6 ago. 2023.

_____. Senado Federal. Controle Externo. *In: Portal do orçamento*. Disponível em: http://www12.senado.gov.br/orcamento/glossario?search_text=controle+externo. Acesso em: 1 dez. 2022.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2003.

CAFÉ, Lígia; BRÄSCHER, Marisa; SUJII, Mauro K. Elaboração de tesouros utilizando-se o programa de elaboração de tesouros em microcomputador (Tecer). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília/DF, v. 18, n. 2, 1990. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77963>. Acesso em: 5 ago. 2023.

CAFÉ, Ligia M. A.; BARROS, Camila M. de; SANTOS, Valéria C. dos. O conceito de organização do conhecimento nas revistas brasileiras de Ciência da Informação. **Rev. Interam. Bibliot. Medellín**, Colômbia, v. 37, n. 3, p. 201-2174, sep./dic. 2014. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/23704/1/RIB%2037-3%20art.%201.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

_____. **A organização de unidades do conhecimento em hiperdocumentos**: modelo conceitual como espaço comunicacional para a realização da autoria. 2001. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Convênio CNPq/IBICT - UFRJ/ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

CAMPOS, Maria Luiza Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 348-359, set./dez. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43640>. Acesso em: 1 dez. 2022.

_____. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/49485>. Acesso em: 1 set. 2023.

_____; MOTTA, Dilza Fonseca da. **Elaboração de tesouro documentário**: tutorial. 2004. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/tesouro/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Maria Bräsher B. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **RICI: Rev. Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez.2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1675>. Acesso em: 25 mar. 2024.

CAVALCANTI, Cordélia R. **Indexação e tesauro**: metodologia e técnicas. Brasília, DF: ABDF, 1978.

CINTRA, Anna Maria Marques *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

CONTANI, Miguel Luiz; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; CERVANTES; Brígida Maria Nogueira (org.). **Uma história do conhecimento**: perspectiva epistemológica em Peter Burke. Londrina: Engenho das Letras, 2023.

CURRÁS, Emília. **Ontologias, taxonomia e tesouros em teoria de sistemas e sistemática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2010.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101–107, 1978. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 6 ago. 2023.

_____. Knowledge organization and terminology: philosophical and linguistic bases. **Int. Classif.**, Frankfurt, v. 19, n. 2, p. 65-71, 1992.

_____. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DOBEDEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 120 p.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Tribunais de Contas do Brasil**: jurisdição e competência. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. (Jacoby de Direito Público, v. 3)

FOSKETT, D. J. **Classification and indexing in the social sciences**. 2nd. ed. London: Butterworths, 1974.

FUJITA, Mariângela S. L. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, ANCIB, s. l., v.1, p.1- 32, 2008.

GOMES, Hagar E. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 60-88, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/119303>. Acesso em: 6 abr. 2024.

_____. Terminologia e estrutura conceitual. **PontodeAcesso**: Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA, Salvador, v. 15, n. 3, p. 184-203, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/47464>. Acesso em: 3 fev. 2025.

GOMES, Hagar E.; MOTTA, Dilza F.; CAMPOS, Maria L. A. **Revisitando Ranganathan**: a classificação na rede. Disponível em: <https://eooci.uff.br/revisitando-ranganathan-a-classificacao-na-rede/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

GONZALES-AGUILAR, Audilio; RAMÍREZ POSADA, María; FERREYRA, Diego. Tematres: *software* para gestionar tesauros. **El profesional de la información**, v. 21, n. 3, p. 319-325, mayo/jun. 2012. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2012.may.14>. Acesso em: 19 abr. 2023.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

_____. What is Knowledge Organization (KO)?. **Knowledge Organization**, Bonn, Germany, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

_____. Knowledge Organization Systems. *In*: HJØRLAND, Birger. **Lifeboat for Knowledge Organization**. 2008. Disponível em: https://arkiv.iva.ku.dk/kolifeboat/CONCEPTS/knowledge_organization_systems.htm. Acesso em: 18 mar. 2024.

_____. Concept Theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Leesburg, Virginia/USA, v. 60, p. 1519-1536, 2009.

_____. Theories of Knowledge Organization: theories of knowledge. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 40, n. 3, p. 169-180, 2013.

JESUS, Jerocir Botelho Marques de. Tesauro: um instrumento de representação do conhecimento em sistemas de recuperação da informação. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais...** Tema: Bibliotecas universitárias: espaços de (r)evolução do conhecimento e da informação. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4075>. Acesso em: 27 jan. 2024.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Gercina A. de. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v.25, número especial, p. 57-97, fev. 2020.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Conceitos em organização do conhecimento a partir do tema ética: disciplina de uso do sistema CDU. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 3.; CONGRESSO ISKO ESPANHA, 13., 2017, Coimbra. **Anais eletrônicos [...]**. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2017. Tema: Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento. Eixo Temático: Perspectivas epistemológicas em organização do

conhecimento, p. 307-316. Disponível em: <http://sci.uc.pt/eventos/atas/isko2017.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MELO, M. A. F.; BRÄSCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjørland. **Ci. Inf.**, Brasília/DF, v. 43, n. 1, p. 67-80, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1419>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MEDEIROS, Jackson da Silva; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Tesouros conceituais e ontologias de fundamentação: análise comparativa entre as bases teórico-metodológicas utilizadas em seus modelos de representação de domínios. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília/DF. **Anais...** Brasília, DF: UNB, 23-26 out. 2011.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A Organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: uma abordagem epistemológica. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, jul./dez. 1999.

MOREIRA, M. P.; MOURA, M. A. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI – Tesouro em Ciência da Informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, ago. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6670>. Acesso em: 9 ago. 2023.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010)**: Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda, Maryland (U.S.A): NISO Press, 2010.

NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (org.). **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

PASSOS, Edilenice J. L. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/537/537>. Acesso em: 22 abr. 2024.

_____; BARROS, Lucivaldo V. **Fontes de informação para a pesquisa em direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

PIEIDADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINHO, Fabio A., VITAL, Luciane Paula. Classificação facetada aplicada em sistemas de organização e representação do conhecimento. *In*: LUCAS, Elaine R. de O.; CORRÊA, Elisa C. D.; EGGERT-STEINDEL, Gisela (org.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia**: reflexões e desafios. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 96-107. Disponível em: http://www.ridi.ibict.br/bitstream/123456789/921/1/As_contribuicoes_de_Ranganathan.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library Classification**. 3rd. ed. London: Asia Publishing House, 1967. 640 p.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização e representação de áreas do conhecimento em ciência e tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso de informação. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 27-41, 1º sem. 2006.

SOUZA, Simone Torres de; ALMEIDA, Maurício Barcellos. **Introdução ao estudo da documentação jurídica**: a caracterização do documento jurídico. Saarbrücken (Alemanha): Novas Edições Acadêmicas, 2013.

TRISTÃO, Ana Maria D.; FACHIN, Gleisy R. B.; ALARCON, Orestes E. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/kwqV8zpzRMbXJQH7HsTmjys/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2023.

VARGAS, Dóris F.; VAN DER LAAN, Regina H. A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesouros. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande/RS, v. 25, n.1, p.21-34, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1988/1224>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ZENG, Marcia Lei. Knowledge Organization Systems (KOS). **Knowledge Organization**, Bonn, Germany, v. 35, n. 2/3, p. 160-182, 2008. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/de/10.5771/0943-7444-2008-2-3-160/knowledge-organization-systems-kos-jahrgang-35-2008-heft-2-3?page=1>. Acesso em: 3 fev. 2025.

APÊNDICE A - Principais Referências do *corpus* de pesquisa

ALTOUNIAN, Márcia M. de Araújo. **Modelo conceitual para uma ontologia de licitações e contratos administrativos**: proposta de metodologia para o Tribunal de Contas da União. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arquitetura e Organização da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-99PK47>. Acesso em: 5 fev. 2025.

ASSUNÇÃO, Jandira Batista de. **Projeto de um sistema de classificação bibliográfica analítico-sintético (ou facetado) para a indexação e recuperação de informações em Biologia**. Orientador: Douglas John Foskett. 1972. 145 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972.

BARITÉ, Mário. **La garantía literária como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento**: modelo y aplicación. 2011. 382 f. Tese (Doctor em Información Científica) – Facultad de Comunicación y Documentación, Universidade de Granada, Granada, 2011. Disponível em: <http://digibug.ugr.es/bitstream/10481/17583/1/19711864.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **A organização de unidades do conhecimento em hiperdocumentos**: o modelo conceitual como um espaço comunicacional para realização da autoria. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/679>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de Tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 210 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c4b2f33e-7343-41fb-b026-010618a99fe2>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FERREIRA, Ana Carolina. **Principais contribuições teóricas de Ranganathan para a Teoria da Classificação**. 2011. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arquitetura e Organização da Informação). - Escola de Ciência da Informação (NITEG/ECI/UFMG), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. 64 f. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-986MM7>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FERREIRA, Ana Carolina. **Análise de assunto da informação jurídica**: proposta de um modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. 2017. 287 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento). - Escola de Ciência da Informação (PPGGOC/ECI/UFMG), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AX2JM6>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FERREIRA, Ana Carolina. **Metodologia de revisão e atualização de tesouros aplicada ao Tesouro de Contas de Minas Gerais**: abordagem da pesquisa-ação. 2020. 435 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Escola de Ciência da Informação (PPGGOC/ECI/UFMG), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34850>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FERREIRA, Suelen Camilo. **Modelo SKOS e ISO 25964**: similaridades das recomendações para representação de tesouros. 2023. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/e1281b8a-dca0-43b1-8154-5a1f05d5f72e>. Acesso em: 5 fev. 2025.

GOMES, Pablo. **A construção de tesouros em contextos de complexidade cultural, social e política**: uma proposta para justiça de transição. 2023. 193 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). - Escola de Ciência da Informação (PPGGOC/ECI/UFMG), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/57606>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MESSA, Joyce Angelica Freire. **Diretrizes para avaliação de domínios de conhecimento em tesouros**: uma análise da atualidade temática do Macrothesaurus Brasileiro de Direito Constitucional. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10772>. Acesso em: 19 fev. 2024.

APÊNDICE B - Proposta de diretrizes para revisão e atualização do Tesauro de Contas Nacional

A atualização e organização do conhecimento utilizando um tesauro, como o **Tesauro de Contas Nacional - TCN**, requer a aplicação de diretrizes que garantam a consistência, a acessibilidade e a relevância das informações. O tesauro, como ferramenta de organização terminológica e conceitual, é essencial para uniformizar a terminologia, facilitar a recuperação de informações. Abaixo, seguem diretrizes para sua atualização e organização da ferramenta:

1. Estrutura e Gestão do Tesauro

a) Definição de Responsabilidades

- Designar uma equipe multidisciplinar, com membros do Comitê de Jurisprudência (CJSP/IRB), responsável pela atualização do tesauro. Essa equipe deve incluir especialistas em contas nacionais, terminologia, biblioteconomia e tecnologia da informação.
- Estabelecer um cronograma periódico para revisão e atualização (ex.: revisões anuais ou semestrais).

b) Organização Hierárquica

- Assegurar que o tesauro mantenha uma estrutura hierárquica clara, com conceitos organizados em níveis: termos gerais, termos específicos e termos relacionados.
- Garantir uma relação lógica entre os termos (ex.: conceitos amplos, específicos e associados).

c) Normalização e Padronização

- Utilizar normas internacionais, como a ISO 25964 (sobre tesauros para recuperação da informação), para garantir a padronização.
- Definir regras claras para inclusão, exclusão ou alteração de termos e conceitos.

2. Atualização do Conteúdo

a) Monitoramento de Mudanças no Contexto Econômico

- Acompanhar mudanças nas metodologias das contas nacionais (ex.: atualizações no Sistema de Contas Nacionais - SCN da ONU).
- Incorporar novos conceitos ou categorias surgidos com eventos econômicos relevantes, avanços tecnológicos ou mudanças regulatórias.

b) Consulta a Usuários e Especialistas

- Realizar consultas regulares com usuários do tesouro (pesquisadores, economistas, gestores públicos etc.) para identificar lacunas ou necessidades de atualização.
- Promover debates com especialistas em contas nacionais e economia para validar a introdução de novos termos ou conceitos.

c) Análise de Fontes Oficiais

- Atualizar o tesouro com base em publicações oficiais (Legislações, relatórios do IBGE, Banco Central, ONU, FMI, ou outras instituições relevantes) e vocabulários jurídicos de tribunais federais (STF, STJ, CNJ, etc.)
- Revisar a nomenclatura de acordo com as classificações econômicas oficiais, como a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Normas nacionais (NBASP, NAGs, NBC TSP) e internacionais (IFRS, ISSAI), entre outras fontes de informações para o setor público.

3. Organização e Acessibilidade

a) Estrutura Modular

- Dividir o tesouro em módulos ou áreas temáticas (ex.: setores econômicos, contas financeiras, agregados macroeconômicos) para facilitar a navegação.
- Adotar diferentes níveis de granularidade, permitindo tanto consultas detalhadas quanto uma visão geral.

b) Ferramentas de Busca e Interoperabilidade

- Desenvolver ferramentas de busca avançada, permitindo pesquisa por palavras-chave, categorias ou relações semânticas.
- Garantir que o tesouro seja interoperável com outros sistemas de informação e bases de dados econômicas, utilizando padrões abertos como SKOS (*Simple Knowledge Organization System*).

4. Governança e Controle de Qualidade

a) Auditoria de Terminologia

- Realizar auditorias regulares para identificar termos obsoletos, redundantes ou inconsistentes.
- Criar um registro de alterações para documentar todas as modificações realizadas no tesouro.

b) Política de Inclusão e Exclusão

- Estabelecer critérios objetivos para a inclusão de novos termos (ex.: relevância econômica, frequência de uso, validade científica).

- Remover termos desatualizados ou com significado ambíguo, substituindo-os por alternativas mais adequadas.

5. Capacitação e Disseminação

a) Treinamento de Usuários

- Por meio do Subcomitê do Tesouro, do CTGI/IRB, oferecer treinamentos periódicos para usuários do tesouro, explicando sua estrutura, funcionalidades e melhores práticas de uso.
- Elaborar guias e manuais de uso, com exemplos práticos de como aplicar os termos do tesouro em análises econômicas.

b) Divulgação e Feedback

- Promover o uso do TCN nos Tribunais de Contas no Brasil, em instituições acadêmicas, governamentais e privadas, aumentando sua visibilidade.
- Criar canais para coleta de *feedback* contínuo dos usuários, utilizando as sugestões para futuras atualizações, como formulário no Anexo X.

6. Integração com Tecnologias Avançadas

a) Automatização

- Utilizar ferramentas de processamento de linguagem natural (PLN) e inteligência artificial para sugerir automaticamente novos termos ou identificar inconsistências.
- Implementar algoritmos que analisem grandes volumes de dados econômicos e identifiquem tendências para atualização do tesouro.

b) Disponibilização Online

- A disponibilização online visa garantir que o tesouro seja acessível a todos os interessados, incluindo servidores dos tribunais de contas no Brasil, gestores públicos, acadêmicos e a sociedade em geral.

7. Benefícios da Versão Online:

- **Facilidade de acesso:** Qualquer pessoa pode consultar o tesouro a qualquer momento, sem a necessidade de solicitar documentos físicos ou contatar órgãos públicos.
- **Consulta simplificada:** A navegação por meio de menus ou ferramentas de busca facilita a localização de termos ou códigos específicos.
- **Fomento à pesquisa:** Pesquisadores e acadêmicos podem utilizar o tesouro como uma base confiável para estudos sobre contas nacionais e finanças públicas.

8. Transparência e Governança:

- A disponibilização do tesauro online reforça os princípios de transparência e governança pública, permitindo que os cidadãos acompanhem como os recursos públicos são categorizados e utilizados.

ANEXO A - Formulário de Sugestão de Termo no TCN disponível no sítio do Instituto Rui Barbosa (IRB)

TCN - Tesouro de Contas Nacional

* Obrigatória

Informações

1. Nome *

2. E-mail *

3. Orgão *

Avançar

Página 1 de 4

Nunca forneça sua senha. [Relatar abuso](#)

TCN - Tesouro de Contas Nacional

* Obrigatória

4. Tipo de Proposição *

☐ Novo Termo

☐ Alteração de Termo Existente

Voltar

Avançar

Página 2 de 4

Nunca forneça sua senha. [Relatar abuso](#)

TCN - Tesouro de Contas Nacional

* Obrigatória

Novo Termo

Informe o termo e caso julgue necessário, uma breve explicação para a sugestão.

5. Termo Sugerido *

Insira sua resposta

6. Justificativa para inclusão do termo. (Se possível informar legislação, doutrina ou outra fonte documental que utilize o termo da forma sugerida)

Insira sua resposta

É possível imprimir uma cópia da resposta depois de enviá-la

[Voltar](#)

[Enviar](#)

Página 3 de 4

Nunca forneça sua senha. [Relatar abuso](#)



Sua resposta foi enviada.

O que você pode fazer em seguida é importante

[Salvar minha resposta](#)

[Enviar outra resposta](#)

ANEXO B - Formulário de Alteração de Termo no TCN disponível no sítio do Instituto Rui Barbosa (IRB)

TCN - Tesouro de Contas Nacional

* Obrigatória

Informações

1. Nome *

2. E-mail *

3. Orgão *

[Avançar](#)

Página 1 de 4

Nunca forneça sua senha. [Relatar abuso](#)

TCN - Tesouro de Contas Nacional

* Obrigatória

4. Tipo de Proposição *

☐ Novo Termo

☐ Alteração de Termo Existente

[Voltar](#) [Avançar](#)

Página 2 de 4

Nunca forneça sua senha. [Relatar abuso](#)

TCN - Tesouro de Contas Nacional

* Obrigatória

Alteração de termo existente

Informe o termo a ser alterado e o novo termo, incluindo uma breve explicação para a sugestão,

5. Termo a ser alterado *

Insira sua resposta

6. Termo proposto *

Insira sua resposta

7. Justificativa para alteração do termo. (Se possível informar legislação, doutrina ou outra fonte documental que utilize o termo da forma sugerida)

Insira sua resposta

É possível imprimir uma cópia da resposta depois de enviá-la

[Voltar](#)

[Enviar](#)

Página 4 de 4